

Universidade Federal de Santa Catarina  
Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia de Produção

Andréa Feller Golin

**O TRABALHADOR PORTADOR DE  
DEFICIÊNCIA VISUAL:  
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação de Mestrado

Florianópolis  
2003

Andréa Feller Golin

**O TRABALHADOR PORTADOR DE  
DEFICIÊNCIA VISUAL:  
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia de Produção da  
Universidade Federal de Santa Catarina  
como requisito parcial para obtenção  
do grau de Mestre em  
Engenharia de Produção

Orientador: Prof. Lia Caetano Bastos, Dra.

Florianópolis  
2003

Andréa Feller Golin

**O TRABALHADOR PORTADOR DE DEFICIÊNCIA  
VISUAL: UM ESTUDO DE CASO**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a  
obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de  
Produção no Programa de Pós-Graduação em  
Engenharia de Produção** da  
Universidade Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 10 de junho de 2003.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.  
Coordenador do Programa

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Lia Caetano Bastos, Dra.  
*Universidade Federal de Santa Catarina*  
**Orientadora**

---

Prof. Ana Paula Soares Fernandes, Dra.  
*Universidade Federal de Santa Catarina*

---

Prof. Édis Mafra Lapolli, Dra.  
*Universidade Federal de Santa Catarina*

## *Agradecimentos*

A Deus, pela fé e por ter me dado força e coragem para realizar este trabalho.

À Professora Lia Caetano Bastos, pela disponibilidade sempre prestativa nos momentos de dúvidas.

Ao meu marido, por toda a ajuda e incentivo nos momentos de angústia, cuja compreensão e alegria foram indispensáveis para a finalização deste trabalho.

À minha mãe, sempre amiga, ao meu lado e pronta para me ouvir... Agradeço por todos os conselhos e as palavras de otimismo transmitidas durante a elaboração desta pesquisa.

Agradeço especialmente ao meu pai, Prof. Calixto Golin (*in memoriam*) que comemorou e se alegrou comigo no meu ingresso neste curso de Pós-Graduação, e que mesmo hoje, não estando presente fisicamente, está me apoiando e transmitindo sua força e alegria... Seus ensinamentos, suas palavras são a inspiração e incentivo para o meu trabalho...

## RESUMO

GOLIN, Andréa Feller. **O trabalhador portador de deficiência visual: um Estudo de Caso.** 2003. 102f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Este trabalho tem como objetivo verificar a participação das pessoas portadoras de deficiência visual no mercado de trabalho em Florianópolis. A pesquisa busca também analisar a situação educacional destes trabalhadores, bem como a participação e o encaminhamento do processo de qualificação de tais sujeitos. A pesquisa conta com a participação de trabalhadores associados à ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego – . A análise dos dados evidencia que o processo educacional vivenciado pelos pesquisados foram permeados por dificuldades no cotidiano escolar, expressas em função dos obstáculos aos recursos didáticos e também a metodologia e a forma como atuaram os professores em sua prática pedagógica. Quanto ao mercado de trabalho, observou-se nesta pesquisa que estes trabalhadores encontram-se exercendo ocupações pré-determinadas, resultante de enquadramentos e determinismos que foram se desenvolvendo por razões históricas de preconceito e discriminação. As medidas necessárias para facilitar e proporcionar o processo de inclusão educacional e profissional traduzem-se na necessidade de atualização dos docentes e acesso aos recursos pedagógicos, bem como a atualização das instituições especializadas no tocante aos cursos de qualificação profissional oferecido à esta população. Assim, há expectativas de que com melhores condições no processo ensino-aprendizagem, o sujeito com deficiência visual possa se qualificar e estar mais preparado para ser incluído no mundo do trabalho e conseqüentemente na sociedade.

**Palavras-chave: educação; mercado de trabalho; qualificação profissional; inclusão.**

## **ABSTRACT**

GOLIN, Andréa Feller. **O trabalhador portador de deficiência visual: um Estudo de Caso.** 2003. 102f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

This work has as its purpose to verify the participation of persons bearing a visual deficiency in the work market in Florianópolis. The research also purports to analyse the educational situation of these workers, as well as the participation and development of the the qualifying process of such subjects. The research counted with the participation of workers associated to ACIC – the Association for the Integration of Blind People in State Santa Catarina. The analysis of data shows that the educational process experienced by the researched subjects was permeated by difficulties in day-by-day schooling, expressed in terms of the obstacles regarding didactical resources and also the methodology and the way teachers acted in their pedagogic practice. Considering the work market, it has been observed in this research that these workers exert predetermined occupations, resulting from framings and determinisms which have been evolving for historical reasons of prejudice and discrimination. Measures required to ease and allow the process of educational and professional inclusion are translated into the need of teacher's recycling and of access to pedagogical resources, as well as updating specialized institutions in regard of the professional qualification courses offered to this fraction of the population. Therefore, it is to be expected that, given better conditions in the teaching-learning process, subjects with visual deficiency may qualify and be better prepared in order to be included in the working force and thus in society.

**Keywords: education; work market; professional qualification; inclusion.**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	11
1.2 OBJETIVOS.....	13
Geral .....	13
Específicos .....	13
1.3 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA .....	14
1.4 LIMITAÇÕES DA PESQUISA .....	16
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	17
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>18</b>
2.1 A deficiência visual .....	18
2.2 Histórico dos processos de exclusão .....	21
2.3 O novo paradigma da inclusão .....	26
2.4 A inclusão na Educação .....	28
2.5 O Significado do Trabalho .....	34
2.6 Desafios da Inclusão no Mundo do Trabalho .....	40
2.7 O portador de deficiência visual e o perfil do novo trabalhador .....	44
<b>3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>50</b>
3.1 Abordagem metodológica da Pesquisa .....	50
3.2 Plano de Descrição da População e Amostra .....	51
3.3 Coleta de dados .....	52

3.4 Tratamento e Análise dos Dados.....	53
<b>4. ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>55</b>
4.1 ACIC – Breve histórico.....	55
4.2 Apresentação e Caracterização geral do grupo .....	56
4.3 Análise e Discussão dos Resultados .....	58
4.4 Proposta de Inclusão Profissional .....	84
<b>5. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>88</b>
5.1 Conclusões da Pesquisa .....	88
5.2 Recomendações .....	91
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>



## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição dos Trabalhadores por Sexo X Faixa Etária .....	p. 57
TABELA 2 – Distribuição dos Trabalhadores por Sexo X Estado Civil .....	p. 57
TABELA 3 – Distribuição dos Trabalhadores por Forma de Atendimento Escolar X Faixa Etária .....	p. 59
TABELA 4 – Distribuição dos Trabalhadores por Profissão Anterior X Profissão Atual .....	p. 69
TABELA 5 – Distribuição dos Trabalhadores por Posição na Ocupação X Profissão Atual .....	p. 73
TABELA 6 – Distribuição dos Trabalhadores por Tempo de Serviço X Profissão Atual .....	p. 73
TABELA 7 – Distribuição dos Trabalhadores por Ocupação Atual X Curso Profissionalizante .....	p.76
TABELA 8 – Distribuição dos Trabalhadores por Sexo X Idade de Ingresso no MT .....	p. 77
TABELA 9 – Distribuição dos Trabalhadores por Posição na Ocupação X Expectativas Profissionais .....	p. 79
TABELA 10 – Aspectos que dificultam a Inclusão Profissional .....	p. 81

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Origem da Deficiência .....	p. 57
FIGURA 2 – Trabalhadores que estudam atualmente .....	p. 58
FIGURA 3 – Nível de Escolaridade dos Trabalhadores .....	p. 60
FIGURA 4 – Avaliação do Cotidiano Escolar da Rede Regular .....	p. 62
FIGURA 5 – Medidas Necessárias para Inclusão Escolar .....	p. 65
FIGURA 6 – Distribuição dos Trabalhadores por Profissão Atual .....	p. 68
FIGURA 7 – Distribuição dos Trabalhadores por Nível de Escolaridade X Profissão .....	p. 71
FIGURA 8 – Distribuição dos Trabalhadores por Renda Mensal .....	p. 74
FIGURA 9 – Qualificação Profissional dos Trabalhadores .....	p. 75
FIGURA 10 – Distribuição dos Trabalhadores por Recurso utilizado para ingressar no Mercado de Trabalho .....	p. 77
FIGURA 11 – Medidas para Auxiliar a Inclusão Profissional .....	p. 82
FIGURA 12 – Fluxograma da Proposta de Inclusão Profissional .....	p. 87

# 1 INTRODUÇÃO

---

## 1.1 Considerações Iniciais

A essência do homem pode ser definida pelo seu ambiente social. Neste contexto insere-se a prática da atividade de trabalho como uma importante via representativa na formação da essência humana e a conseqüente formação integral do sujeito. A educação também é considerada como uma das principais formas de participação social dos homens.

Para Ross (1993, p.261): “A educação e o trabalho constituem um eixo fundamental para a compreensão do processo da emancipação social e política do homem”. O autor vai mais além quando define que: “O homem é um ser histórico-social. O elemento fundamental que assim o caracteriza, como mediação para as suas relações sociais, é o trabalho”.

A realização de uma atividade de trabalho é condição não apenas para formar um sujeito determinado histórica e socialmente, mas para manter viva as relações que se criam no ambiente social.

Assim como o processo educacional também é condição fundamental para a construção das relações sociais. O cotidiano escolar além de ser um espaço caracterizado pelo processo ensino-aprendizagem é um ponto de partida importantíssimo para a preparação para o trabalho.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu artigo 2º define que: “A educação [...] inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (MANHÃES, 1998, p.29).

É fato que o trabalho viabiliza e sustenta a construção da identidade do indivíduo. Na maioria das vezes, o sujeito se reconhece e é reconhecido por aquilo que realiza, por sua função, por sua ocupação profissional. O trabalho se transforma no registro de identificação, no passaporte para uma maior ou menor aceitação social.

A não possibilidade de realizar um trabalho é um aspecto negativo. A privação para exercer uma atividade de trabalho leva o homem a um limite de marginalidade social, a um processo de alienação frente a organização da sociedade.

A sociedade produtiva impõe condições restritivas de trabalho, ocasionada por uma política econômica recessiva, de uma sociedade elitista e demagógica, bem como de uma política de valores estéticos, onde o indivíduo distinto biologicamente é muitas vezes eliminado frente à idealização do belo (BRUNO E MOTA, 1998).

Diante do contexto produtivo, onde o modelo econômico direciona o eixo social para a produtividade, o lucro e o consumo, há a exigência por um perfil de trabalhador que atenda às necessidades por profissionais inovadores, altamente qualificados e escolarizados e que correspondam a um padrão socialmente estabelecido. Estas exigências acabam por muitas vezes excluir aqueles que não condizem com os requisitos - as pessoas portadoras de necessidades especiais.

Em razão de um processo histórico voltado para o desenvolvimento da exclusão social, desde a educação e o trabalho, o portador de necessidades especiais esbarra em obstáculos atitudinais e físicos, o que dificulta seu processo de ensino-aprendizagem e sua consequente qualificação e preparação para o mercado de trabalho.

“Se o livre trajeto no campo educacional e social é obstruído, tornam-se objetivamente menores as possibilidades para mover-se de um ramo da produção a outro, como exige o mercado moderno” (ROSS, 1993, p. 263).

Com relação ao mercado de trabalho, existem no Brasil cerca de 9 milhões de pessoas portadoras de deficiência em idade de trabalhar. Destes, 1 milhão exercem alguma atividade remunerada e apenas 200 mil são empregados com registro em Carteira de Trabalho (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Diante deste cenário pode-se perceber a dificuldade das pessoas com necessidades especiais em se inserir no mundo do trabalho. Embora, muito se vem discutindo sobre inclusão profissional e educacional destes sujeitos, a realidade em nosso país ainda é bastante preocupante. Se por um lado novas oportunidades de inclusão estão surgindo, por outro perde-se em quantidades de vagas disponíveis em função dos requisitos exigidos para determinada função (SASSAKI, 2000).

Quanto ao atendimento educacional destes sujeitos, os dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) mostram que existem cerca de 280 mil alunos com deficiência matriculados em escolas especiais de 1ª a 8ª séries. Outros 300 mil alunos estudam em classes regulares nessas mesmas séries. Apenas 9 mil alunos conseguiram chegar ao ensino médio. Existem aproximadamente 18.200 escolas públicas para alunos portadores de necessidades especiais no país, mas somente 120 títulos dos livros didáticos têm versão em braille, por exemplo, segundo informações do MEC (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Sendo assim, no sentido de conhecer a realidade das pessoas portadoras de necessidades especiais – especificamente o sujeito portador de deficiência visual, desenvolveu-se esta pesquisa para verificar a situação educacional e profissional das pessoas portadoras de deficiência visual em Florianópolis, em busca de melhorias em seu processo educacional, rumo a efetiva inclusão profissional e colocação no mercado de trabalho competitivo.

## **1.2 Objetivos da Pesquisa**

### **Objetivo Geral**

Verificar como as pessoas portadoras de deficiência visual participam do mercado de trabalho, visando a elaboração de um modelo para ampliar e oportunizar novas opções de trabalho à esta população.

### **Objetivos Específicos**

- Verificar a situação educacional destes sujeitos e sua relação com as profissões exercidas;
- Identificar o perfil profissiográfico dos sujeitos portadores de deficiência visual atuantes no mercado de trabalho.
- Identificar a participação destas pessoas nos cursos profissionalizantes e como está sendo encaminhado o seu processo de qualificação.

- Verificar as vivências profissionais dos pesquisados em relação ao acesso ao mercado de trabalho, perspectivas e dificuldades encontradas durante o processo de inclusão profissional.
- Identificar as medidas consideradas necessárias pelos próprios pesquisados para facilitar o processo de inclusão educacional e profissional.

### 1.3 Justificativa da Pesquisa

O conceito de pessoa com deficiência abrange um conjunto amplo de características. As deficiências podem ser físicas, sensoriais (da visão ou da audição), ou intelectuais. Referindo-se especificamente a limitação sensorial, a pessoa considerada portadora de deficiência visual é aquela pessoa que é privada em parte ou totalmente da capacidade de ver (INSTITUTO ETHOS, 2002).

Com relação ao sistema sensorial visual, a visão pode ser o sentido mais importante para a interpretação do mundo à nossa volta. Este sistema sensorial, tem a função de captar todas as informações visuais provindas do meio ambiente e destes transmitir ao sistema nervoso central. O olho é o órgão sensorial responsável pela captação e transmissão dos estímulos visuais externos.

No Brasil, tendo por base a **Política Nacional de Educação Especial** / Livro I do Ministério da Educação e Cultura (MEC, 1995), as deficiências são classificadas em: auditiva; física; mental; múltipla e visual.

A deficiência visual é caracterizada pela redução ou perda da capacidade de ver com o melhor olho e após a correção óptica. Inclui dois grupos de condição visual a saber: cegueira e visão subnormal. A cegueira pode ser conceituada como a ausência total de visão, até a perda da capacidade de indicar projeção de luz. E a visão subnormal é uma condição de visão que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado.

A Convenção 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), de 1983, define pessoa com deficiência como aquela “cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida

desvantagem física ou mental”. A partir dessa referência, a OIT estima que as pessoas com deficiência representam 8% da população economicamente ativa do planeta.

No Brasil, segundo o Censo realizado em 2000 pelo IBGE, existem 24,5 milhões de brasileiros portadores de algum tipo de deficiência. Conforme esses dados, estima-se então que 14,5% da população brasileira apresenta alguma deficiência física, mental, ou dificuldade para enxergar, ouvir ou locomover-se.

Os dados do Censo mostram também que no total de casos declarados de portadores das deficiências, 8,3% possuem deficiência mental, 4,1% deficiência física, 22,9% deficiência motora, 48,1% visual e 16,7% auditiva. Entre 16,5 milhões de pessoas com deficiência visual, 159.824 são incapazes de enxergar, e, entre os 5,7 milhões de brasileiros com deficiência auditiva, 176.067 não ouvem.

Trata-se portanto de números bastante expressivos, não só no que se refere a realidade nacional, mas também quando se trata da população mundial, onde espera-se, segundo a OMS, que 10% das pessoas possuem algum tipo de deficiência.

Neste sentido, nas últimas décadas, as questões sobre a inclusão escolar e profissional das pessoas portadoras de necessidades especiais, têm ganhado uma significativa importância. Educadores e profissionais da área vêm, desde o fim da década de 80, chamando a atenção para a importância de uma sociedade inclusiva, que requer uma mudança de paradigma, ocasionando efetivas mudanças tanto ambientais como atitudinais.

Em eventos sobre Educação Especial, tanto nacionais, como internacionais, muito se vem discutindo sobre novas formas de reais possibilidades de inclusão social das pessoas com necessidades especiais.

A Conferência Mundial sobre Educação Especial, ocorrida em Salamanca na Espanha (1994, p.37) chama a atenção sobre estas questões. Conforme o que diz a Declaração de Salamanca:

Inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, tal se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar uma equalização genuína de oportunidades [...] Os jovens com necessidades educativas especiais precisam ser apoiados para fazer uma transição eficaz da escola para a vida ativa, quando adultos. As escolas devem ajudá-los a tornarem-se ativos economicamente e proporcionar-lhes as competências necessários na vida diária, oferecendo-lhes uma

formação nas áreas que correspondem às expectativas e às exigências sociais e de comunicação da vida adulta.

Sendo assim percebe-se a importância de estudar e promover a aceitação da diferença na escola e no trabalho. Em decorrência disso, a discussão em torno deste processo de inclusão merece ser aprofundada, principalmente no que diz respeito à própria experiência de vida dos sujeitos envolvidos.

Para isso é de fundamental importância reconhecer a situação atual vivenciada pelo sujeito portador de necessidades especiais, no campo da educação e do trabalho. Assim, tendo conhecimento das repercussões da deficiência na vida do indivíduo, talvez seja possível compreender melhor suas experiências, e a partir daí estruturar melhorias rumo à uma sociedade inclusiva.

#### **1.4 Limitações da Pesquisa**

As limitações desta pesquisa referem-se principalmente à dificuldade em encontrar dados e estimativas sobre o número e percentual de trabalhadores portadores de deficiência visual em Florianópolis.

Nos dados do Censo 2000 disponibilizados pelo IBGE, ainda não foram fornecidas informações sobre a população portadora de deficiência visual residente especificamente em Florianópolis, bem como ainda não foram disponibilizadas as informações sobre o percentual desta população que exerce alguma atividade produtiva de trabalho.

Os dados da Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), referem-se aos alunos que freqüentaram os cursos durante um semestre letivo. Sendo assim, para o levantamento dos dados e a amostra significativa desta pesquisa, os dados contam com os associados da ACIC que freqüentaram seus cursos durante o primeiro semestre de 2002.



## 1.5 Estrutura do Trabalho

Em termos de organização, este trabalho ficou constituído da seguinte maneira:

O primeiro capítulo trata da Introdução da pesquisa, onde é apresentado o assunto, explicitando-se a importância do trabalho para o ser humano, e a sua relação com o processo de escolarização e a apresentação dos objetivos geral e específicos.

No segundo capítulo é feita uma revisão de literatura que se refere à descrição da deficiência visual, ao processo de desenvolvimento histórico de exclusão da pessoa com necessidades especiais.

Na revisão também é explicitado sobre o surgimento e o desenvolvimento de um novo paradigma – inclusão – que sugere uma modificação da sociedade em termos de acessibilidade física, atitudinal e de informações. Neste item busca-se situar os desafios da inclusão na educação.

Tratando-se especificamente das questões sobre o trabalho, apresenta-se uma descrição sobre a importância e o significado do trabalho para o ser humano, os desafios do novo paradigma da inclusão no mundo do trabalho, e por último trata-se do perfil do novo trabalhador atual e o sujeito com deficiência visual.

No terceiro capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa, abordando o plano de descrição da população e amostra, os procedimentos para a coleta de dados, e o tratamento e análise dos dados.

No quarto capítulo é apresentado o estudo de caso realizado na ACIC – Associação Catarinense para Integração do Cego – com um breve resgate histórico sobre a instituição e seus alunos e a apresentação e caracterização geral do grupo pesquisado.

Neste capítulo é feita a análise e discussão dos resultados obtidos sobre os sujeitos da pesquisa em seu processo de escolarização e em suas vivências no mercado de trabalho.

E no quinto e último capítulo, são apresentadas as considerações finais da pesquisa e sugestões para melhorias no processo de inclusão educacional e profissional da pessoa com necessidades especiais. Finalmente é apresentada a bibliografia consultada para o desenvolvimento desta pesquisa.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

---

### 2.1 A deficiência visual

A deficiência visual pode ser caracterizada em dois grupos de condição visual: cegueira total ou visão subnormal.

Segundo a Fundação Dorina Nowill para Cegos, entidade que trabalha com a educação e reabilitação para portadores de deficiência visual, existem duas representações para a deficiência:

1. “cegueira”: ausência total da visão até a perda da capacidade de indicar projeção de luz;
2. “visão subnormal” : condição de visão que vai desde a capacidade de indicar projeção de luz até a redução da acuidade visual ao grau que exige atendimento especializado.

De acordo com os dados da Associação Catarinense para Integração dos Cegos (ACIC) a pessoa considerada cega é aquela que apresenta desde ausência total de visão até a perda da percepção luminosa. Sua aprendizagem se dará através da integração dos sentidos remanescentes preservados. Terá como principal meio de leitura e escrita o sistema Braille. Deverá, no entanto, ser incentivada a usar seu resíduo visual nas atividades de vida diária sempre que possível.

E é considerado portador de baixa visão, ou visão subnormal, aquele que apresenta desde a capacidade de perceber luminosidade até o grau em que a deficiência visual interfira ou limite seu desempenho. Sua aprendizagem se dará através dos meios visuais, mesmo que sejam necessários recursos especiais.

As definições de cegueira e visão reduzida podem se basear segundo medidas de acuidade visual. Entende-se por acuidade visual a capacidade de ler tanto de longe quanto de perto.

De acordo com Masini (1984), uma pessoa é considerada cega quando a visão corrigida de seu melhor olho é de 20/200. Estas pessoas precisam ficar a uma distância de 20 pés (aproximadamente 6 metros) para ler ou identificar algo que uma pessoa de visão

normal enxerga a uma distância de 200 pés (aproximadamente 60 metros). Já a pessoa portadora de visão subnormal é aquela que dispõe de 20/70 nas mesmas condições.

Fonseca (1995, p.33) descreve que:

Clinicamente, a classificação de deficientes visuais é colocada em termos de acuidade visual ou clareza da visão [...]. Em termos educacionais, a terminologia adotada considera: o ambliope (aquele que pode aprender a ler letra de imprensa) e o cego (aquele que não pode ler letra de imprensa e que, portanto, necessita de instrução de Braille).

Contudo, o autor expressa que não se pode estabelecer critérios numéricos por si só, uma vez que isso pode simplificar o problema da deficiência.

Os números, os pontos quantitativos e os limites devem ser seguidos com lucidez, embora em termos de educação se torne necessário reconhecer os diferentes tipos de deficiência que afetam, ou podem afetar, a aprendizagem. Ouvir não é necessariamente escutar e ver não é sinônimo de olhar. O importante em termos educacionais é saber como a criança utiliza os seus processos sensoriais receptivos (op.cit.)

Há também a definição dada por Bagatini (1987) que sugere que a deficiência visual pode ser classificada em congênita ou adquirida. A deficiência visual congênita é aquela em que a perda de visão ocorre no período compreendido entre o nascimento e os cinco ou seis anos de idade. Normalmente a pessoa já nasce com este problema.

Já a deficiência visual adquirida se refere quando a perda da visão ocorre a partir dos sete anos de idade, sendo que a pessoa é capaz de recordar experiências visuais anteriores, como imagens, ambientes, fotos, etc... Ou então quando ocorre algum tipo de acidente ou doença.

Em termos educacionais, o Ministério da Educação e Desporto (MEC) elaborou o documento intitulado **Subsídios para a Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial – Área da Deficiência Visual** – (1995) . Este documento expõe que o termo *portador de necessidades educativas especiais* está sendo utilizado pelo MEC para identificar as pessoas que precisam receber educação diferenciada em virtude de sua

condição de portador de deficiência auditiva, visual, mental, múltipla, física; portador de altas habilidades (superdotado), e portador de condutas típicas.

Ao caracterizar o aluno portador de deficiência visual, o documento anteriormente citado define dois tipos de educandos: os portadores de cegueira e os portadores de visão reduzida. As medidas de acuidade visual adotadas, seguem a mesma classificação anteriormente citadas por Masini (1984).

Segundo os estudos de Vygotsky (1995), o autor analisa que existem dois tipos de deficiência. A deficiência primária, que se refere ao problema biológico, orgânico, e a deficiência secundária, relacionada às consequências sociais.

Para Vygotsky, toda e qualquer deficiência afeta não apenas o organismo físico em si, mas acarreta um problema social no indivíduo, visto que a sociedade é preparada e organizada por e para aqueles que possuem uma anatomia corporal e mental considerada normal. No caso da cegueira, a deficiência da visão se projeta como um desvio social, que coloca o seu portador em uma determinada e difícil posição social.

O que determina a deficiência não é somente o defeito biológico, mas todos os processos que o envolvem determinados pela cultura social. A pessoa sente seu defeito não somente pelo problema biológico, mas também pela dificuldade social resultante do defeito.

Neste sentido, a deficiência segundo Vygotsky (1995) proporciona ao seu portador um processo de compensação. “Qualquer defeito, isto é, qualquer deficiência corporal põe o organismo ante a tarefa de vencer esse defeito, eliminar a deficiência, compensar o prejuízo orgânico ocasionado” (DEITOS, 2000, p.10).

Assim, à medida que o defeito físico ou mental traz determinadas situações de incapacidade, a mesma deficiência acarreta um processo de compensação, que beneficia manifestações capazes ao indivíduo.

A compensação da deficiência deve ser encontrada na vida social, no cotidiano coletivo do indivíduo. Desta maneira, o processo de compensação, depende também da realidade social do defeito, e não apenas do biológico. O pensamento coletivo é então a fonte fundamental de significação que embasa a compensação das consequências da cegueira (DEITOS, 2000).

Considerando os estudos de Vygostky (1995, p.61, tradução nossa), especificamente em relação à cegueira, o autor postula que: “A cegueira significa a falta de um dos órgãos do sentido. [...] por si só não faz da criança uma pessoa com defeito. A cegueira se transforma em uma deficiência somente em certas condições sociais do cego”.

Ou seja, é preciso entender que embora existam as classificações determinadas para cada tipo de deficiência, há que se levar em conta que a dificuldade vivenciada pelos portadores de deficiência não se dá tanto pelo aspecto físico ou mental. Mas sim pelo lado social, resultante dos impedimentos sócio-culturais que a pessoa convive e necessita ajustar-se.

## **2.2 Histórico dos processos de exclusão**

Reverendo a História da Humanidade, desde os tempos primordiais entre os povos primitivos, as pessoas com deficiência eram consideradas incapazes. Uma das características básicas desses povos era o nomadismo, cuja sobrevivência dependia da natureza, e para isso, era preciso estar sempre se deslocando, em busca da caça, alimentos e um melhor lugar para se abrigar.

As comunidades primitivas nômades necessitavam para sua subsistência sair à procura de melhores condições que a natureza os pudesse proporcionar. Então, era preciso estar sempre mudando, em deslocamento, ser forte e trabalhar com a terra para sobreviver. O homem primitivo dependia universalmente da natureza. A sobrevivência da sociedade primitiva dependia dos fenômenos naturais e de como esta sociedade atuava para garantir os benefícios das mudanças da natureza.

Em razão destes aspectos para as pessoas que apresentavam alguma dificuldade em lidar com a terra, ou aqueles que não conseguiam acompanhar o grupo em seus deslocamentos, por não se enquadrar no padrão social considerado normal, eram abandonados. Abandonar a pessoa com deficiência era parte de um processo, pois era necessário ser forte, estar preparado para o trabalho na natureza: a caça e a pesca garantiam a alimentação e a busca por cavernas e locais seguros para se abrigar.

É evidente que alguém que não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente de seu processo de concepção e nascimento ou impingido na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leva a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica (BIANCHETTI, 1998, p.28)

Existia então uma espécie de seleção natural: só os fortes, capazes é que tinham condições de sobreviver.

Desde os povos primitivos, os homens sentiam a necessidade de construir sua existência e assim estabelecer relações – relações de troca – indispensáveis ao desenvolvimento da comunidade. Então, começa a se configurar a divisão social dos homens em classes e camadas, em virtude da necessidade de distribuição de produtos. Assim, sobrevive então aquele que é capaz de estabelecer estas relações.

Desta maneira é possível entender a formação das sociedades primitivas, e que parecem tantas vezes se assemelhar à sociedade atual, e assim entender a maneira como eram tratadas as pessoas que nasciam com alguma limitação ou diferença.

Havia um pressuposto de harmonia entre as capacidades e necessidades do homem e os frutos e produtos gerados pela natureza. Os homens se situavam nessa aparente harmonia, na prática, venciam as resistências naturais e assim estavam se educando e constituindo o mundo humano. Contudo, os que não atendiam às características dessa “normalidade” não se educavam, porque não dispunham dos instrumentos necessários para produzir sua existência diante das adversidades do meio natural ( ROSS, 1998, p.57).

Durante a Antiguidade Clássica, no período escravista, que datam do século XII a.C. até o século IV da Era Cristã, a sociedade grega estava voltada para a busca da perfeição, valorizando a beleza e a força do corpo. Os escravos garantiam as necessidades, para que os homens livres pudessem se entregar ao ócio, à contemplação e a vida intelectual. Nesta época surge a formação dos paradigmas, normas vigentes que vêm influenciar o pensamento do mundo ocidental.

Durante este período histórico, tanto na Grécia como em Roma, surge a propriedade privada da terra: há então o nascimento de classes de proprietários e não-proprietários, onde começa-se a configurar uma divisão social de classes. As pessoas que se apropriavam da

terra, tinham condições de sobreviver sem trabalhar. Já os não proprietários, necessitavam trabalhar nestas terras afim de garantir não só a sua sobrevivência, mas também a dos seus senhores donos da terra.

Percebe-se assim, o surgimento de uma classe ociosa que não necessita trabalhar para viver, pois ela vive do trabalho dos outros. É uma total divisão das classes que até os dias atuais permanece desenvolvendo-se no mundo capitalista.

No período clássico, prevalecia o ideal da estética e por isso eram valorizadas a força, a beleza e a perfeição do corpo. “Se ao nascer, a criança apresentasse qualquer manifestação que pudesse atentar contra o ideal prevalecente, era eliminada” (BIANCHETTI, 1998, p.29).

Quando nascia uma criança, esta era examinada por funcionários do Estado e as que apresentassem algum defeito físico eram literalmente jogadas do alto de uma montanha, pois era preciso ser forte e ‘perfeito’ para lutar na guerra e proteger a comunidade. As pessoas que eram impossibilitadas de acompanhar o ritmo destas atividades, ou consideradas incapazes de proteger a sociedade, seja por limitações físicas ou mentais, também eram excluídas e renegadas pelo paradigma social vigente nesta época.

Passando para a Idade Média, período datado entre o século V ao século XV, o pensamento passa a ser seguido segundo a relação corpo e alma. O corpo é considerado um refúgio da alma. Porém da mesma forma como este corpo era considerado sagrado, ele era visto também como uma porta ao pecado.

Nesta época, surge a idealização da separação entre corpo e alma, sendo que esta é considerada a parte digna, a purificação do ser e o corpo é a “casa”, o “templo” para receber e acolher esta alma pura e bondosa.

Se, por um lado o corpo era também sagrado por ser o templo da alma, este mesmo corpo poderia ser considerado, segundo as palavras de Bianchetti (1998, p.30) a “oficina do diabo”. Isto pode explicar o fato de que as pessoas que apresentavam um corpo diferente, com deficiências físicas ou uma limitação mental, que fugisse aos padrões de normalidade da época, eram consideradas pessoas pecadoras.

Muitas vezes estas deficiências eram apontadas como uma obra de Deus para chamar a atenção de todos à necessidade de se ter comportamento adequados, fazer caridade e não pecar. Era considerado como uma lição para os demais. A desgraça de uns

favorecia a salvação para a vida eterna de outros. Conforme escreve Ross (1998, p.58): “Por influência da Igreja essas pessoas eram consideradas produtos do pecado e do demônio”.

A Igreja controlava toda a ordem social do mundo feudal. A sociedade se organizava para perpetuar e seguir estes dogmas, marcados por pré-determinação e pré-destinação. Os hospitais, orfanatos e casas de asilo eram mantidas pela Igreja, que realizavam importantes obras de assistência social. As pessoas que eram diferentes da maioria da população, ou por serem doentes ou idosos, viviam isolados em determinados locais mantidos e controlados pela ordem e regra religiosa.

Nesta época então, as pessoas portadores de necessidades especiais ganharam o ‘direito à vida’, mas, ainda assim eram estigmatizados. O indivíduo que não se enquadrava nos padrões considerados de normalidade eram condenados a viver em instituições isoladas.

Ross (1998, p.58) afirma ainda que: “Sob os auspícios das leis da natureza e dos dogmas divinos era imperativa a rejeição, agora, das pessoas marcadas por uma imperfeição biológico-orgânica. Estas eram marginalizadas pelo processo produtivo e pela autoridade das forças sobrenaturais que regiam as sociedades da época”.

Já na época moderna, com o nascimento de um modo de produção capitalista, surgem as cidades e o trabalho industrial. A sociedade moderna vai se caracterizar pela subordinação do campo à cidade, ocorrendo um processo crescente de urbanização. A sociedade então, se firma como capitalista, voltada para a produção, o crescimento urbano e as relações sociais.

A partir do século XVI a necessidade de produção, de acumulação, e de um mercado em expansão, configura o pensamento voltado para o capitalismo. O desenvolvimento de uma ciência e a urgência de explicar tudo através daquilo que pode ser provado, garantirão a sobrevivência dos homens em razão de não depender mais das forças da natureza, mas sim de um nascimento tecnológico para permitir o acesso ao trabalho.

O surgimento da máquina na produção industrial, marca uma organização de trabalho, onde o ritmo é imposto pela maquinofatura, com o objetivo principal de aumentar a produtividade e o lucro. Para se adaptar ao ritmo da máquina, surge a necessidade de



especialização, que começa a configurar uma nova divisão de classes no ambiente de trabalho.

O trabalhador é caracterizado entre o indivíduo que planeja, que ‘pensa’ e que por isso exerce a função intelectual no escritório e entre o trabalhador braçal da oficina, responsável pelo fazer, pela execução e que por isso necessita de força física.

Referindo-se ao processo de exclusão da pessoa considerada diferente a sociedade moderna também marca este indivíduo segregando-o em instituições especiais, sem ter o direito e a liberdade de conviver em sociedade.

O ressurgimento da vida urbana determina o nascimento do indivíduo, que passa a viver de forma mais autônoma e livre. A reivindicação de direitos que contemplem essa individualidade materializa-se de forma cruel por meio do processo de institucionalização daqueles indivíduos marcados por uma “imperfeição”. A segregação é a resposta possível da racionalidade, é o reconhecimento da falibilidade dos dogmas religiosos (ROSS, 1998, p.59).

Neste contexto, o sujeito com limitações é mais uma vez excluído, pois no decorrer do desenvolvimento histórico não lhes foram dadas as chances de estudar, de conviver em sociedade e de trabalhar.

Atualmente, a forma de organização do trabalho vem sendo substituída por uma maior flexibilidade no sistema produtivo. Não há mais a necessidade de especialização, mas sim um trabalhador global, conhecedor de várias áreas, qualificado.

Porém, no mundo capitalista, onde há a necessidade crescente de lucro e produção no menor tempo possível, o sujeito que não se enquadra nesses padrões é mais uma vez excluído do mundo do trabalho e conseqüentemente da sociedade.

Relendo sobre a História da Humanidade, percebe-se como os homens constituíram e construíram seu processo de organização social. As manifestações de segregação da diferença aparecem por todos os períodos históricos, gerando um crescente desenvolvimento do processo de exclusão.

Para Ribas (1992, p.05):

Em se tratando das relações de produção das sociedades complexas atuais (que incluem as relações de trabalho), os homens/trabalhadores são determinados pela sua dimensão físico-biológica. [...] Nada importa tanto quanto um corpo humano (biológico apenas) apto e capaz para trabalhar. Desta maneira, a simples aparência da deficiência instalada num corpo humano já provoca o estigma.

Há portanto, a necessidade de se criar uma sociedade que ofereça a todos os seus cidadãos condições de existência plena e digna, em todos os seus âmbitos, passando principalmente pela educação e trabalho.

O surgimento de um novo paradigma que repousa nos ideais da inclusão é tratado mais aprofundadamente no item a seguir.

### **2.3 O novo paradigma da inclusão**

O processo de inclusão surge recentemente como um processo novo e necessário para a construção de uma sociedade mais justa.

Verificou-se no breve resgate histórico do item anterior, que a sociedade passou por diversas práticas de exclusão ao apreender a diferença e a diversidade e ao tratar a pessoa com necessidades especiais.

A partir da década de 60, inicia-se o movimento pela prática da integração social, onde a pessoa com necessidades especiais começa a ser aceita em determinados setores da sociedade, como educação, trabalho e lazer. Este movimento foi o marco inicial para aceitação da diversidade no convívio social.

Mais recentemente surge o movimento pela inclusão social, que começou a tomar força a partir dos anos 90. O novo paradigma da inclusão repousa no princípio da sociedade justa, com pleno acesso a todas as pessoas independentemente de suas limitações ou diferenças, e a efetiva garantia dos direitos do cidadão.

A inclusão é um processo onde a sociedade se adapta para receber as pessoas com necessidades especiais e ao mesmo tempo, estas se preparam para assumir seus papéis na

sociedade. É um processo recíproco, onde todos participam e têm as mesmas responsabilidades.

O termo inclusão refere-se a uma modificação da sociedade para que a pessoa com necessidades especiais possa desenvolver e exercer sua cidadania. Durante a década de 80, começou a surgir uma luta, onde as pessoas consideradas “deficientes”, começaram a exigir que suas necessidades especiais também fossem motivos para mudar a sociedade, e que não era necessário um serviço específico, diferenciado, caracterizado pela segregação (SASSAKI, 1999).

Diferentemente da integração, a inclusão não se contenta apenas com o esforço da pessoa com necessidades especiais, mas sim de toda a sociedade em prol de mudanças e eliminação das barreiras tanto físicas, como atitudinais.

Não basta apenas preparar as pessoas com deficiência para se adequarem ou se adaptarem aos padrões pré-estabelecidos. A família, a escola, o bairro, a empresa deverão estar realmente prontos a receber o seu filho, o seu aluno, seu vizinho, seu profissional, independentemente de suas condições biológicas, ou de suas limitações. É a sociedade se preparando para receber a pessoa portadora de deficiência.

Para a velha integração, o paradigma vigente é a aceitação e tolerância das pessoas com necessidades especiais, refere-se a normalidade, ao sinônimo de que a integração pode ser oferecida. Já a nova integração, ou a inclusão refere-se a uma valorização e celebração da diversidade, das pessoas com deficiência e com dificuldades de aprendizagem. É o sinônimo de que a integração deve ser batalhada.

Conforme as palavras de Sasaki (2000, p.85):

A integração se contenta com o esforço unilateral das pessoas deficientes para ingressarem ou reingressarem na sociedade. A inclusão requer mudanças fundamentais nos sistemas comuns da sociedade, de tal modo que todas as pessoas, deficientes ou não, estejam primeiro juntas, incluídas, para então realizar tudo – reabilitar-se, estudar, brincar, trabalhar, receber cuidados médicos, viajar etc.

A inclusão é portanto um paradigma muito positivo. Possibilitar a inclusão social é também promover mudanças ambientais, com a eliminação de barreiras físicas, a disponibilidade de recursos e locais adaptados de maneira que se possa atender a todas as

limitações. Incluir não trata só de eliminar tais obstáculos físicos, mas também os atitudinais, não permitindo mais o preconceito e ações discriminatórias.

Para Omote (1999, p.09):

Uma sociedade inclusiva necessita oferecer uma ampla gama de variedade de serviços especializados, altamente diferenciados para atender as mais variadas necessidades especiais de todos os cidadãos. Talvez só dessa maneira seja possível reduzir as desigualdades de oportunidades decorrentes das condições adversas de que são portadoras ou a que são submetidas algumas pessoas.

É importante considerar que a preparação e a prática para a inclusão não ocorre separadamente. É um processo único. Sasaki (2000, p.104) pontua que:

A prontidão de boa parte da sociedade para aceitar a inclusão não poderá ser atingida sem que ela pratique os procedimentos inclusivos. Na realidade, não se prepara ninguém para a inclusão para, em seguida, fazê-lo aceitar e praticar a inclusão. É incorreto esperar que haja dois momentos distintos e consecutivos: primeiro a preparação e depois a prática da inclusão. [...] A maioria da população aprenderá o que é inclusão praticando-a no seu dia-a-dia.

## **2.4 A inclusão na educação**

A história da educação especial passa por fases de exclusão total, atendimento segregado em instituições especiais, princípio da integração e a atual caminhada para a efetiva inclusão.

A educação especial primeiramente institucionaliza os indivíduos considerados diferentes, sob o pretexto que estas pessoas necessitam atendimento e tratamento especializado, e por isso devem estar excluídos da rede regular de ensino. Através de um ensino focalizado nos limites e possibilidades do aluno, acredita-se que se possa contribuir para uma melhoria da sua qualidade de vida e assim tentar enquadrá-lo dentro de certos padrões considerados de normalidade.

No Brasil, a educação deste indivíduos ocorreu de maneira bastante segregada e institucionalizada por volta do início do século XIX. Tomasini (1998, p.122) afirma que os primeiros atendimentos às pessoas com necessidades especiais, foram desenvolvidos

pelo médico, sendo estes também os responsáveis pela sua educação: “A instituição de educação especial surge munida de todo um aparato médico, psicopedagógico, tido como necessário para a detecção e a produção da diferença como objeto de estudo, de conhecimento e de intervenção”.

A educação especial permitiu à pessoa com necessidades especiais a experimentação das condições consideradas normais da vida, como acesso ao lazer, educação, trabalho e profissionalização. Porém, estes indivíduos não participavam efetivamente da vida em comunidade, apenas conheciam as atividades sociais dentro de suas instituições especializadas, gerando assim, um processo de segregação.

Dentro de seus muros nas escolas especiais, o indivíduo recebe um ensino segregado, onde só convive com pessoas na mesma situação, com as mesmas limitações, e acaba por não interagir com o mundo do lado de fora. Não conhece a diferença, pois não lhe é permitido ser reconhecido como pessoa, como cidadão, que tem direitos e deveres como qualquer ser humano.

A existência dessas instituições segregadas acaba por concretizar a negação social destes indivíduos, reforçando um papel estigmatizador que lhes é conferido. Isso reproduz as impossibilidades, dificuldades e obstáculos para a sua realização integral como ser humano atuante e modificador da sociedade.

De acordo com as palavras de Tomasini (1998, p.119):

Por meio de suas instituições, mantém-se esses indivíduos sob seus domínios, na tentativa de, através de seus programas especiais, garantir uma certa simetria entre o que a sociedade tem como padrão de normalidade e a maciça expressividade do indivíduo que diverge. Para isso são engendrados mecanismos de ‘correção’, de ‘ortopedia’ da individualidade, corporificados em fórmulas terapêutico-educacionais.

A fase de segregação acabava por excluir socialmente, as pessoas com necessidades especiais. Estes indivíduos eram marginalizados pela sociedade que não acredita em suas capacidades, reforçando ainda mais um papel limitador, enfatizando e caracterizando este indivíduo apenas pelo lado da deficiência.

Ross (1998) afirma que no século XX as experiências pedagógicas fundamentam a necessidade de resgatar a educação especial das instituições de ensino segregadas. A partir

daí, constrói-se um processo pedagógico para os alunos com necessidades especiais, porém ainda considerados à parte do sistema da rede regular de ensino.

A educação das instituições educacionais especiais começa então a ser questionada. “Nos fins da década de 1960 [...], acentua-se a polêmica entre os defensores da educação especial segregada e aqueles que levantam suas inconveniências no momento de recorrer ao sistema educativo regular. Esse conjunto de acontecimentos abre caminho para uma nova concepção de educação” (ROSS, 1998, p.62).

Omote (1999, p.04) explica que:

Na Educação Especial brasileira, nas décadas de 70 e 80, um aspecto notável, marcadamente presente em muitas discussões apaixonadas acerca da integração foram as críticas a recursos e modalidades de atendimento, interpretados como sendo segregativos, o que gerou até proposta de sua eliminação. [...] Criticaram-se as escolas especiais por promoverem a segregação. Até as escolas especiais, integradas à rede pública de ensino comum, passaram a ser severamente criticadas, como se a segregação de seus usuários fosse inevitável.

Começa-se a pensar então, na idéia de integração escolar. Integrar o aluno com necessidades educativas especiais é permitir sua participação nas atividades escolares da rede regular de ensino. Porém, este aluno ainda deve freqüentar a instituição especial, pois a escola regular segundo os princípios da integração pouco se preocupa em fornecer os recursos pedagógicos adaptados e em adotar metodologias que favoreçam efetivamente seu processo de ensino-aprendizagem.

A integração escolar é um processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. A integração educativo-escolar refere-se ao processo de educar – ensinar, no mesmo grupo, as crianças com e sem necessidades educativas especiais, durante uma parte ou na totalidade do tempo de permanência na escola (MEC, 1995).

Mais recentemente, está surgindo um novo paradigma pelo qual deverá ser vista a inserção escolar de pessoas com deficiência, desde os níveis infantil até o superior. Esse paradigma é o da inclusão - as escolas devem se reestruturar para permitir a presença de alunos com deficiência, estudando e convivendo com alunos que não tem deficiência.

Seguindo esta nova concepção de inclusão social, é a escola que se adapta às necessidades de seus alunos.

Segundo Mantoan (1997, p.145):

O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; [...]. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professores, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

A educação inclusiva conscientiza o mundo sobre a importância de conviver e aceitar a diversidade. Sasaki (2000, p.106) ilustra que: “As crianças de hoje, ao conviverem com a diversidade humana na escola inclusiva, serão no futuro adultos mais tolerantes, não preconceituosos e mais abertos para aceitar as diferenças individuais em termos étnicos, raciais, culturais e anatômicos”.

Os alunos independentemente de sua deficiência ou suas limitações, estudam juntos, aprendem e constroem suas relações sociais através da mediação com o outro, acreditando no valor da diversidade humana.

De acordo com Vigotsky (1989), o sujeito é considerado produto das relações sociais. O homem produtor e produzido nas e pelos relações sociais, situado histórica e culturalmente, tem o seu desenvolvimento promovido pelo social. A essência do homem é social, sendo a cultura parte da natureza humana. A mediação é portanto fundamental para a constituição do sujeito.

“No processo de desenvolvimento histórico, o homem social modifica os meios e os procedimentos de seu comportamento, transformando as atitudes e funções naturais e constrói novos níveis no sistema de comportamento do homem” (VIGOTSKY, 1989, p.93).

Sendo então o meio social e cultural tão essenciais e importantes para o desenvolvimento humano e a sua construção enquanto sujeito histórico e cidadão, a educação e o meio em que vive este sujeito, devem ser permeados por uma mediação que estimule o seu crescimento e desenvolvimento.

Ainda considerando os estudos de Vigotsky (1989, p.100), em relação a educação de crianças com deficiência, o autor escreve que:

[...] a pedagogia da escola especial tirou a conclusão, aparentemente correta, de que todo ensino dessas crianças deveria basear-se no uso de métodos concretos do tipo ‘observar’ e ‘fazer’. [...] O sistema de ensino baseado somente no concreto – um sistema que elimina do ensino tudo aquilo que está associado ao pensamento abstrato – falha em ajudar as crianças retardadas a superarem as suas deficiências inatas, além de reforçar essas deficiências, acostumando as crianças exclusivamente ao pensamento concreto e suprimindo, assim, os rudimentos de qualquer pensamento abstrato que essas crianças ainda possam ter.

Percebe-se que Vygotsky também condenava um processo de educação voltado para a segregação. Para este autor, as crianças com deficiência deveriam ser estimuladas a interagir amplamente ao invés de serem educadas apenas em contato com crianças na mesma situação. Tudge (1998, p.153) ao estudar Vygotsky comenta: “Ele alegava que se o cego, o mudo ou a criança mentalmente retardada fosse educada separadamente da criança ‘normal’, seu desenvolvimento procederia de uma maneira totalmente diferente e não benéfica, a qual levaria inevitavelmente à criação de um tipo de pessoas especiais”.

É importante ressaltar que a Educação Especial possui seus benefícios quanto ao atendimento educacional de pessoas com deficiência, no sentido de promover também o processo de reabilitação destas pessoas. É necessário que os conhecimentos e recursos da instituição especial se coloquem ao alcance do sistema regular de ensino para que enriqueçam o processo de aprendizagem.

O conhecimento e a experiência das instituições especiais são benéficos, uma vez que oferecem subsídios para a construção da prática pedagógica dos professores da rede regular, assim como os alunos com necessidades especiais, através de seus conhecimentos podem auxiliar para o crescimento pedagógico não só de seu professor, mas de toda a comunidade escolar.

É portanto, uma relação mútua, de troca de conhecimentos que beneficia o processo de aprendizagem e a construção integral não somente dos alunos com necessidades especiais, como de todas as pessoas envolvidas na comunidade escolar, pois todos aprendem a conviver e respeitar a diferença e a diversidade.



A preparação da escola para incluir o aluno com necessidades especiais, exige uma mudança no processo ensino-aprendizagem. Esta preparação deve ocorrer com a atualização dos professores, que em sua prática pedagógica cotidiana deverão promover o ensino inclusivo, enfocando sua importância não só para os alunos, mas também entre os pais, funcionários da escola e comunidades vizinhas.

O professor e a escola como um todo, desempenham um papel importante no processo de inclusão do aluno portador de limitação sensorial. Algumas atitudes realizadas pelo professor em sala de aula, poderão facilitar seu processo de aprendizagem.

No caso de alunos com deficiência visual, é muito importante que o professor dite vagarosamente as palavras que serão escritas no quadro e que repita os conceitos dados em aula, para que este aluno tenha a possibilidade de gravar e ouvir em casa os temas discutidos em aula.

Um fator igualmente importante é estimular a leitura para os alunos com deficiência visual. Para isso, os livros utilizados e todo o material pedagógico deverão ser fornecidos com leitura em Braille. Sendo assim é fundamental que o professor saiba utilizar este sistema de leitura e que estimule os outros alunos a aprendê-lo também. A escola deverá também utilizar livros didáticos do tipo ampliado, com letras, números, mapas escolares, e figuras ampliadas.

Quanto à questão dos recursos pedagógicos, é importante ressaltar aqui algumas explicitações acerca desta temática.

Os recursos didáticos assumem uma significativa importância na educação das pessoas portadoras de deficiência visual. Procurando definir o conceito de recursos didáticos, Cerqueira (2000) cita que:

Recursos didáticos são todos os recursos físicos, utilizados com maior ou menor frequência em todas as disciplinas, áreas de estudo ou atividades, sejam quais forem as técnicas ou métodos empregados, visando auxiliar o educando a realizar sua aprendizagem mais eficientemente, constituindo-se num meio para facilitar, incentivar ou possibilitar o processo ensino-aprendizagem.

A carência de material adequado pode conduzir a aprendizagem da criança portadora de deficiência visual a um mero verbalismo, desvinculado da realidade. Com isso, o processo educacional destes alunos pode se tornar prejudicado.

Para alcançar um rendimento satisfatório, o aluno com deficiência visual precisa ter acesso e dominar alguns materiais didáticos. Entre estes materiais, destaca-se o livro em Braille, sorobã (máquina de calcular) e mais recentemente a informática.

Com a disponibilidade dos sintetizadores de voz, a pessoa portadora de deficiência visual pode ter acesso ao computador. Através do uso de recursos sonoros nos programas de computador, o sintetizador de voz “fala” todas as informações que estão contidas no monitor. É possível também ter acesso a Internet.

Para as pessoas com visão subnormal, existem sistemas com ampliação de imagens, que permitem ao usuário o pleno acesso às informações do computador.

Percebe-se então que há tecnologias que permitem às pessoas com deficiência visual o pleno acesso às informações. A tecnologia é existente, mas é necessário disponibilizar este acesso.

Porém, diante da realidade brasileira o sistema educacional ainda se encontra muito defasado para promover uma escola inclusiva. Há dificuldade em promover mudanças até mesmo ambientais, pois estas mudanças implicam em fornecimento de verbas. E falar em possibilidade de verbas para o sistema educacional brasileiro é ainda muito difícil, principalmente para as escolas públicas tanto do interior como das capitais, pois repousa na vontade política a efetivação para estas mudanças (VOGEL, 1996).

Para Deitos (2000), a dificuldade de acesso aos recursos pedagógicos e tecnológicos se dá muito mais por razões de ordem política e econômica do que pelo limite imposto pela deficiência ou pela inexistência das tecnologias.

## **2.5 O significado do trabalho**

O trabalho é uma necessidade, é como o ser humano se reconhece e é reconhecido enquanto sujeito. É uma atividade essencialmente humana, e sua característica principal é a sua ação transformadora e a capacidade de modificação de um dado aspecto da realidade. Constitui-se como um dos principais determinantes do modo de ser da sociedade e dos indivíduos que a compõem, sendo portanto uma atividade essencial à estruturação da sociedade humana.

A possibilidade de realização e de exercer um trabalho determina a historicidade do homem e seu desenvolvimento sócio-cultural e político.

Pode-se dizer que o trabalho possui muitas significações, entre eles: realização, reconhecimento, esforço rotineiro, resultados.

Muitas vezes já refletimos sobre o fato de que só nos conhecemos pelo que fazemos. Quando por exemplo alguém nos pergunta o que fazemos, sempre tendemos a responder nossa ocupação profissional. O trabalho é então uma obra do processo civilizatório humano (CRUZ, 2001).

Conforme as palavras expressas por Ross (1993, p.101), pode-se perceber o quão importante o trabalho é para o indivíduo:

O trabalho, a ‘atividade essencial da vida’, é o que torna o homem parte específica no todo social e o diferencia peculiarmente de outros seres, através dessa referência histórica concreta. [...] O desenvolvimento pleno de um trabalho permite superar as necessidades e limitações impostas pela vida social e humanizar o homem.

O sujeito se constrói na mediação de suas relações com o mundo social, em sua herança cultural e não apenas biológica. Sendo assim, reconhece-se a educação como o primeiro passo na construção do ser social e conseqüentemente a passagem para o mundo do trabalho. Daí evidencia-se a importância da presença de um cotidiano escolar e de trabalho para o ser humano se constituir enquanto ser integral.

Trabalhar nos dá um sentido de valor próprio, é a nossa dignidade nos dias de hoje. Estar desempregado e não ter uma ocupação profissional é motivo de vergonha para o indivíduo e para seus familiares. É imprescindível ao jovem estar o mais cedo possível atuando no mercado de trabalho.

Campbell (2002, p.104) ilustra que:

O trabalho envolve diferentes níveis de necessidades humanas. No patamar mais fundamental, ele nos proporciona os recursos para pagar pela comida e a moradia. No entanto, ele também nos define em muitos outros níveis... Não costumamos perguntar Em que você trabalha? , quando somos apresentados a alguém? O trabalho proporciona muito mais do que segurança financeira. Ele nos proporciona um senso de valor próprio e dignidade, ele define nosso papel na família e na comunidade, e – em grande parte – define quem

somos. Isto é tão verdadeiro para os deficientes visuais quanto para os dotados de visão.

No que tange a questão do significado do trabalho, este capítulo apresenta-se com algumas considerações teóricas acerca desta significação e o que ele representa em nossa sociedade atual, buscando as várias representações no qual consiste o termo trabalho, nos diversos campos de estudo.

Ao tentar definir a palavra trabalho, ou explicar o seu significado na vida do ser humano, é importante observar as várias representações que vêm sendo atribuídas durante todo o processo de desenvolvimento histórico da humanidade.

Muito cedo o termo trabalho já estava ligado ao sofrimento, uma vez que sua origem do latim “tripaliare”, significa “torturar”, sacrificar (CRUZ, 2001). A Psicologia do Trabalho surge como fonte para ilustrar as significações e importância do mundo do trabalho, do ato de trabalhar, de ter uma profissão e portanto do indivíduo se constituir enquanto ser humano integral. O circuito do trabalho, segundo a Psicologia passa então pelo tripé *sujeito-objeto-significado*. Quando o gesto vai além de uma simples relação entre o sujeito e o objeto, posso afirmar que há trabalho.

Codo (1999) descreve muito bem essa relação, ao ilustrar um diagnóstico e uma explicação para essa palavra tão instigadora, presencial e cotidiana neste contexto globalizado da sociedade. Em uma determinada ação, onde o sujeito transcende sua relação com o objeto, ou seja, imprime um significado à esta ação, isto pode se constituir em trabalho. Então, pode-se dizer que durante uma atividade, esta só se torna trabalho, ou se constitui em trabalho quando gera uma relação de significado para o sujeito.

Codo (1999, p.25) enfatiza que “trabalho é uma relação de dupla transformação entre o homem e a natureza, geradora de significado [...]. O trabalho é o ato de transmitir significado à natureza”.

O trabalho é uma atividade essencialmente humana, o ato de trabalhar é a busca de desafiar a realidade, procurando superá-la. Aquele que trabalha busca se inserir no espaço social, afirmando-se como um indivíduo dentre muitos. “O significado social do trabalho está associado às atividades realizadas por indivíduos e produzidas pela sociedade à qual eles pertencem” (CRUZ, 2001, p.02).

No sentido filosófico, o homem trabalha quando põe em atividade suas forças espirituais ou corporais, visando um determinado fim que deve ser alcançado.

É pelo trabalho que se descobre o homem e que o homem se descobre. É uma relação peculiar entre os homens e objetos que se unem tanto objetiva como subjetivamente, sendo portanto um processo de transformação. “Para o homem não basta contemplar o objeto, ele o deseja, nega sua forma natural e o transforma” (ABRANCHES, 2000, p.12).

O trabalho é a ação humana sobre a natureza, capaz de transformá-la e de transformar o próprio homem. Por meio do trabalho, os homens estabelecem relações individuais com a natureza e relações de troca, formando a estrutura social.

As atividades de trabalho participam do processo de constituição da cultura humana e também da própria humanidade. De acordo com as palavras de Severino (1994, p.154):

Podemos dizer ainda que as atividades de trabalho são as primeiras a constituírem a ‘essência humana’: tanto no sentido coletivo, ou seja na medida em que, pela criação da cultura, vão constituindo a humanidade, quanto no sentido pessoal, na medida em que, pelo trabalho, cada indivíduo vai também constituindo sua própria cultura, seu modo de ser propriamente humano. Os filósofos afirmam que o ‘trabalho’ é uma das categorias fundamentais para se entender o que é o homem. Sem ele, o homem não desencadearia o processo de sua auto-humanização. E é nesse sentido que podemos dizer que o trabalho constitui uma mediação existencial básica da existência dos homens. Isso quer dizer que não podemos ser plenamente humanos se não pudermos trabalhar.

Marx (1987) afirma que no trabalho humano existe uma relação de troca mútua, “dialética”, entre homem e a natureza. Quando o homem altera a natureza ele também se altera; quando trabalha, ele interfere na natureza, deixando nela suas marcas. Neste processo recíproco, a natureza também interfere no homem imprimindo-lhe marcas em sua consciência. Ocorre então, uma mediação entre homem e natureza. O trabalho é uma coisa positiva, que pertence à condição humana.

Marx (1987, p.50) descreve também que a essência do ser humano está no trabalho. O homem é o que ele faz. A atividade laboral pertence ao reino da necessidade, sendo imprescindível para a sociedade capitalista: “O trabalho como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de

sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e portanto, de manter a vida humana”.

Na ênfase de explicar o sentido do trabalho para o homem, Marx destacou dois pontos: o primeiro refere-se ao trabalho como objetivação, auto-desenvolvimento humano, auto-mediação entre homem-homem e entre homem-natureza. Este é o lado positivo do trabalho.

O segundo ponto a que Marx se refere é o processo de alienação, mediação que se interpõe nas relações sociais, no processo do homem construir sua existência material, concebendo-o apenas unilateral e parcialmente. Este é então, o sentido negativo do trabalho.

“Para Marx, interessa o trabalho em sua base não alienada, portanto, em sua forma sensível humanizadora, como a esfera fundamental para toda a existência humana, opondo-se com isso necessariamente à atividade” (ROSS, 1993, p.120).

No sistema capitalista denunciado por Marx, o trabalhador vende seu trabalho, vende sua força de trabalho. A apropriação dos resultados do trabalho é do outro e não do próprio trabalhador. Assim, ele se aliena, perde sua dignidade humana, pois o seu trabalho não mais lhe pertence. O trabalho sendo símbolo da dignidade humana o transformou em animal.

As condições de trabalho podem acarretar a desumanização do sujeito – têm um caráter alienante. Quando o trabalhador não dispõe dos meios de produção e nem do retorno produzido, ocorre a perda da identidade. Assim, o trabalho constitui-se em uma alienação.

Conforme Severino (1994, p.155):

A alienação no trabalho, com efeito, pode ocorrer quando o trabalhador não mais participa do projeto do próprio produto. O trabalhador é reduzido então à condição de mero aplicador mecânico de sua energia física. [...] A compensação pelo seu trabalho se limita então à reposição da energia despendida, através da comida e demais elementos necessários para que se mantenha vivo: algum vestuário e habitação.

Atualmente na era da automação, o trabalho está sendo um esforço planejado e coletivo, onde o trabalho se encontra alienado do trabalhador, porque o produtor não detém,

não possui nem domina os meios de produção. O produtor e produto estão separados, assim como também ocorre uma separação total entre trabalho, lazer, prazer e cultura. A alegria com o trabalho criador é uma realidade para a minoria (STEIN, 1994).

No atual estágio da sociedade capitalista, existe uma submissão total do trabalho ao capital, à produtividade. No mundo do trabalho exige-se buscar o máximo da eficiência com o menor esforço, conservando a finalidade da expansão da riqueza e máximo lucro.

Christophe Dejours (1999) em seus estudos e abordagens sobre a organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde mental do trabalhador, discorre uma análise das relações existentes entre prazer, sofrimento e trabalho.

Para Dejours (1999) trabalhar não significa apenas exercer atividades produtivas, mas também conviver, devendo a organização do trabalho preocupar-se também com o mundo social em seu ambiente. Em sua obra o autor aponta para a ambivalência que existe nas relações de trabalho – uma dinâmica de relações que passa entre trabalho, sofrimento e prazer –. A atividade de trabalhar pode portanto, causar ao mesmo tempo a infelicidade ou auto-realização. E a impossibilidade de realizar um trabalho, ou seja, estar excluído deste mundo, é também uma fonte que causa sofrimento e alienação.

Conforme suas palavras: “O fato é que o trabalho é uma fonte inesgotável de paradoxos. Incontestavelmente, ele dá origem a terríveis processos de alienação, mas pode ser também um possante instrumento a serviço da emancipação, bem como do aprendizado e da experimentação, da solidariedade e da democracia” (idem, p.141).

Através desta exposição de alguns estudiosos referentes as questões do trabalho, percebe-se a importância deste na vida do ser humano e todas as suas representações que adquirem ao indivíduo. Não importa a qual campo de estudo ou área de formação você pertença: o trabalho é uma maneira de o sujeito se construir histórica e socialmente.

Ross (1998, p.107) define muito bem a importância da participação do homem no mundo do trabalho: “A liberdade e consciência de um cidadão significam a apropriação e a fruição dos bens materiais, bem como a possibilidade real de sua produção, por meio do acesso e da participação plenos nas relações econômico-produtivas do mundo do trabalho”.

Porém, é importante ressaltar que, conforme o homem produz suas relações sociais de trabalho, pode ocorrer um processo de humanização ou desumanização. A alienação do

homem também faz parte do processo de trabalho, assim como a sua realização enquanto sujeito completo.

Percebe-se que as condições de trabalho existentes nos dias de hoje em nossa sociedade, leva os homens a uma imensa infelicidade e dificuldade em realizar-se no e pelo trabalho. A relação de significado impressa na ação entre o sujeito e o objeto não se consolida, e então a realização de uma tarefa não transcende esta relação, o que acaba por muitas vezes não se considerar um trabalho, mas sim um sofrimento rotineiro, diário e necessário.

Além disso a falta de perspectivas de trabalho disseminada na sociedade, produz um contingente de indivíduos marginalizados, que não encontrando expectativas para preparar-se e atuar no mercado de trabalho, tornam-se pessoas desacreditadas, excluídas. Esta situação vem ocorrendo com grande parte da população brasileira, e a situação piora quando se trata de indivíduos ‘diferentes’, distintos biologicamente, que fogem aos padrões normais estabelecidos.

Se o trabalho é uma maneira de realizar-se enquanto ser humano, a limitação de uma possibilidade de realizar uma determinada tarefa ou um trabalho é um meio de impedir que o homem se torne humano. Realizar um trabalho é uma forma de se construir o desenvolvimento do homem ativo e restringir a sua realização plena no trabalho leva a um processo de alienação, e por consequência de exclusão.

## **2.6 Desafios da inclusão no mundo do trabalho**

Os desafios do processo de inclusão igualmente repousam suas dificuldades e necessidades no mercado de trabalho.

Neste sentido, o mundo do trabalho também travou batalhas ao excluir, segregar e integrar profissionais com deficiência tão ou mais qualificados quanto outros profissionais sem deficiência.

Na fase de exclusão pertencente ao processo de desenvolvimento histórico, a pessoa com necessidades especiais não tinha nenhum acesso às atividades de trabalho. A idéia de empregar estas pessoas era considerada impossível, uma vez que a sociedade não reconhecia as possibilidades destes sujeitos para realizar uma atividade laboral.



No Brasil, somente por volta de 1950 que começou a surgir oportunidades para as pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho (SASSAKI, 1999). Porém, o que ocorria para os trabalhadores com deficiência, era que ao serem contratados em órgãos públicos ou privados, estas pessoas deveriam estar devidamente qualificadas e preparadas para exercer a função, além de exigir que estes indivíduos estivessem adaptados ao ambiente físico e aos equipamentos da empresa.

Desta maneira conhecida como integração, o que ocorria (ou ainda ocorre) é que os funcionários com deficiência dificilmente estavam envolvidos nos programas de desenvolvimento de recursos humanos, com poucas chances de serem promovidos e de crescer na carreira e na profissão.

Com o surgimento e o desenvolvimento do paradigma da inclusão social, juntamente com a constante luta pelos direitos de cidadania, emerge também a necessidade de incluir as pessoas com necessidades especiais no trabalho.

Segundo o Instituto Ethos (2002, p.11), em relação à inclusão no mercado de trabalho:

É necessário assegurar as condições de interação das pessoas portadoras de deficiência com os demais funcionários e com todos os parceiros e clientes com os quais lhe caiba manter relacionamento. Não se trata, portanto, somente de contratar pessoas com deficiência, mas também de oferecer as possibilidades para que possam desenvolver seus talentos e permanecer na empresa, atendendo aos critérios de desempenho previamente estabelecidos.

Para a inclusão profissional, é muito importante resgatar a valorização da diversidade, permitindo-se à abertura a mudanças tanto no ambiente físico de trabalho, quanto na própria filosofia profissional.

Sobre esta questão, Sasaki (1999) destaca alguns fatores que contribuem para facilitar a inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho. São eles:

- Adaptação de locais de trabalho: aparelhos, ferramentas, máquinas, equipamentos;
- Reconhecer adaptações ambientais e ergonômicas necessárias no local de trabalho;
- Adoção de esquemas flexíveis no horário de trabalho;
- Realização de seminário internos no tocante a questão de contratação de pessoas com deficiência;

- Capacitação dos recursos humanos sobre inclusão;
- Revisão da filosofia da empresa;
- Participação da empresa em conselhos municipais e estaduais pertinentes ao portador de deficiência;
- Adoção de esquemas de prevenção de acidentes e moléstias ocupacionais;
- Eliminação das barreiras físicas na empresa ( conhecer as Normas da ABNT sobre acessibilidade a espaços urbanos).

Muitas empresas atualmente, desejosas de implementar programas de Responsabilidade Social, têm dado uma significativa importância no tocante à inclusão profissional. De acordo com Barqueiro (2002, p.156):

A valorização da diversidade assume dimensões importantes na medida em que as empresas passam a definir como política a negação de qualquer prática discriminatória, ainda que velada. Trata-se, portanto, de um avanço significativo nas relações de trabalho e na valorização do ser humano como principal patrimônio de qualquer organização.

Neste sentido, insere-se a participação das pessoas portadoras de deficiência visual no mercado de trabalho competitivo. Mas para que isso ocorra efetivamente, há a necessidade de fornecer informações sobre a empregabilidade da pessoa com deficiência.

Barqueiro (2002, p.155) também comenta que para muitos a empregabilidade da pessoa com deficiência visual ainda é um mito:

A idéia - mais comum - que vem à mente, é que a pessoa com deficiência visual só poderá executar funções de um determinado tipo de seguimento. [...] Entendemos que só há um modo de "quebrar" este preconceito - É preciso esclarecimento. Uma vez informadas, essas pessoas deverão, no mínimo rever seus valores e sua forma de analisar qualquer possibilidade.

É importante considerar que ao falar em inclusão no mercado de trabalho em um mundo capitalista e cada vez mais competitivo para todas as pessoas, este paradigma parece ser realmente uma utopia. No atual estágio em que se encontra o capitalismo, a exigência e a busca por profissionais extremamente qualificados, que executam suas atividades com o

máximo de eficácia, máxima produtividade no menor tempo, acaba por dificultar a contratação de pessoas com deficiência visual (CAMPBELL, 2002).

No Brasil um país com milhões de pessoas sem deficiência desempregadas, fica ainda mais difícil falar em inclusão. Porém, estas pessoas possuem os mesmos direitos de acesso ao trabalho, assegurados por lei, pois também são cidadãos que atuam e fazem parte da sociedade.

A garantia de acesso ao trabalho para as pessoas com deficiência, é prevista tanto na legislação internacional quanto na brasileira. No Brasil, as cotas de vagas para as pessoas com deficiência foram definidas em lei no ano de 1992, porém, só passou a ter real validade no final de 1999, no decreto 3.298. Esta lei em seu artigo 36, reserva de 2% a 5% de cargos de trabalho para pessoas portadoras de deficiência habilitadas e/ou reabilitadas, em empresas com mais de 100 empregados, nas seguintes proporções:

- Até 200 empregados: 2%;
- De 201 a 500: 3%;
- De 501 a 1000: 4%;
- 1001 em diante: 5%.

Estas leis são válidas no sentido de procurar assegurar mesmo de que maneira obrigatória, um percentual de vagas para garantir o acesso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Apesar de ainda não existirem multas pelo não cumprimento dessas cotas, vem crescendo a consciência social de algumas empresas que estão de acordo com esta legislação, estimulando sempre que possível a manter o número de vagas destinadas às pessoas portadoras de deficiência.

Porém, é importante considerar que não basta apenas incluir as pessoas com deficiência para cumprir o que está em lei. É essencial que a sociedade se conscientize para a importância da filosofia da inclusão, permitindo e oportunizando vivências profissionais para a pessoa portadora de deficiência.

A ocupação profissional é um requisito de suma importância para a inclusão dos portadores de deficiência na sociedade, tanto por questões econômicas, como forma de

garantir sua independência financeira, como possibilidade de se estabelecer relações sociais, que são essenciais à estruturação humana (ROSS, 1993).

O caminho de ir em busca de uma colocação no mercado de trabalho pode ser muito longo. Mas, é preciso que a sociedade tome consciência das reais potencialidades da pessoa com deficiência, e que esta possa ter acesso a uma preparação educacional e profissional condizente com a realidade, para que assim, possa atingir sua independência financeira, auto-realização, e inclusão social, assim como qualquer cidadão.

## **2.7 O portador de deficiência visual e o perfil do novo trabalhador**

A relação entre homem e trabalho é permeada por complexidade e dinamismo, e sua evolução passa por vários estágios da história que vão estabelecer novas formas desta relação e novas formas de organização do trabalho.

No que se refere ao sistema produtivo, o padrão predominante desde os anos 20 até mais recentemente foi o taylorismo-fordismo, caracterizados pela produção para o consumo de massa e por uma gestão autoritária, onde predomina a divisão e o controle técnicos do trabalho.

A nova ordem produtiva da sociedade e as atuais inovações tecnológicas, organizacionais e gerenciais, introduzidas nos processos de trabalho, têm causado profundas modificações sobre o perfil da força de trabalho – considerando nos planos culturais, educacionais, ideológicos, psicossociais – tendo em vista atender à necessidade de correspondência entre as funções laborais dos trabalhadores e o nível de desenvolvimento da base técnica da produção social (MACHADO, 2000).

Estas novas demandas de organização e de qualificação chamam a atenção para a exigência de um novo perfil para uma força de trabalho:

O trabalhador necessita ser flexível, ou seja, saber lidar com uma variedade de funções, saber integrar-se a diferentes formas de agregação e mobilização de trabalhos. Além disso, exige-se que seja mais responsável por estar lidando com equipamentos sensíveis e de alto custo. Isto significa que deve observar normas, realizar com exatidão o seu trabalho e ter consciência das consequências trazidas por seus atos. ( MACHADO, 2000, p.181)

A busca por profissionais inovadores, criativos e com a melhor qualificação possível, vem se tornando alvo primordial para a ocupação em diversas profissões. As novas qualificações e os novos perfis profissionais exigem portanto, que o trabalhador tenha conhecimento não apenas em uma área determinada, específica, mas sim um trabalhador capaz de lidar com as mais diversas funções.

Barbosa (2001) comenta que o desafio atual é capacitar os sujeitos para que possam resolver os problemas, descrever, analisar e sintetizar dados e informações, compreendendo o contexto social, para que assim possam atuar na sociedade enquanto cidadãos críticos.

“Este novo perfil do trabalhador poderá garantir qualidade competitiva aos processos produtivos e mais autonomia deste sujeito no mundo do trabalho. Neste sentido, qualidade pressupõe formação adequada e contínua do trabalhador e significa investir no desenvolvimento da sua inteligência e da sua criatividade” (BARBOSA, 2001, p.34).

Takahashi (2000, p.21) e organizadores advertem que a nova sociedade da informação com suas mudanças técnico-econômicas traz também mudanças estruturais para o perfil do emprego e o mercado de trabalho. O surgimento de novas especializações profissionais e novos postos de trabalho contrastam com a eliminação ou substituição de diversas ocupações profissionais. Além disso, com relação ao perfil do trabalhador: “Cada vez mais se exige dos trabalhadores contínua atualização e desenvolvimento de habilidades e competências, de modo a atender aos novos requisitos técnico-econômicos e a aumentar a empregabilidade”.

O que se vem buscando, é portanto, o ideal de homem universal exemplificado por Schaff (1995) como sendo o homem em sua formação global, que lhe permite fugir do estreito caminho da especialização unilateral e de se libertar do enclausuramento de uma cultura nacional para se tornar e se converter em um ‘cidadão do mundo’.

Diante deste contexto atual rumo aos passos da globalização que ideologicamente favorece todos os grupos sociais, permitindo a intensificação das relações mundiais, que ditam novas regras de ordem sócio-cultural, política e econômica, o que se observa realmente são os efeitos negativos deste ‘fenômeno’ chamado globalização: pobreza, desemprego, desigualdades sociais.

A globalização e as novas tecnologias, como estamos cansados de saber e testemunhar, promoveram uma verdadeira revolução na maneira tradicional de organizar a produção. O resultado foi o desaparecimento de milhares de postos de trabalho. Em lugar do emprego estável, da carteira assinada, da carreira de longo prazo, temos o trabalho flexível, a carga variável, a empregabilidade. (Rosembaum, 2000)

Evidencia-se portanto que tal cenário trouxe a exclusão de milhares de postos de trabalho e a conseqüente massa de trabalhadores desempregados, acirrando em países subdesenvolvidos como o Brasil, uma grave e profunda desigualdade econômica e social.

O fato é que a sociedade parece não estar preparada para lidar com estas novas transformações e a operar com estas tantas variáveis que compõe o mundo do trabalho – desde as mudanças tecnológicas aos novos perfis profissionais – . “O problema é que não sabemos o que fazer com isso, já que tomar decisões, fazer escolhas, ser sujeito do próprio processo não é algo fácil e nem fomos educados para isso” (ROSEMBAUM, 2000) .

Se por um lado o mundo do trabalho requer profissionais altamente qualificados, informados, criativos, inovadores, a realidade brasileira enfrenta dificuldades neste processo. No Brasil, a educação - considerada principal responsável no processo de preparação para o trabalho - encontra-se defasada, e os alunos em seu cotidiano escolar não são educados e preparados para enfrentar a realidade do mercado de trabalho competitivo (CARVALHO, 2000).

A própria história da educação brasileira nos revela a realidade de um processo educacional voltado para a simples transmissão de conteúdo, o repassar conhecimento e a reprodução das desigualdades sociais. As estratégias de ensino, os conteúdos curriculares estão desconectados da realidade nacional, contribuindo ainda mais para a manutenção da desigualdade social. Os alunos não são preparados a atuar verdadeiramente enquanto seres críticos e atuantes na sociedade.

Para Carvalho (2000, p.123): “É fundamental uma política educacional que busque a universalização do ensino básico e a elevação de sua qualidade, que privilegie a formação de cidadãos bem informados e trabalhadores qualificados”.

De acordo com Campbell (2002, p.104) cabe aos educadores de hoje a tarefa de preparar seus alunos para o mundo do trabalho, integrando esta preparação desde os níveis iniciais de ensino. Mas o que geralmente ocorre é:

Os educadores se atribuem a tarefa de preparar a criança de modo acadêmico, visando o conhecimento, mas pouco têm a ver com o que acontece depois de terminada a escola. [...] Se queremos mudar o *status quo*, precisamos começar pelo conteúdo de nossos programas educacionais atuais, buscando formar nossos estudantes para que estejam preparados para o mundo do trabalho.

No campo da atividade profissional o mundo do trabalho, assiste a atitudes cada vez mais excludentes em relação a certos grupos sociais. O preconceito e a dificuldade em aceitar a diversidade tornam a situação agravante para as pessoas portadoras de necessidades especiais, em busca de um espaço e reconhecimento no mundo do trabalho.

No sistema capitalista o homem é valorizado ou desvalorizado a partir do que ele realiza agora, e o que isto pode resultar em produto, mercadoria ou lucro. Se a pessoa não se enquadra dentro dos padrões esperados, não lhe é permitida uma chance para exercer uma atividade de trabalho.

Neste sentido, configura-se a idéia de que aquele que apresenta uma limitação biológica que o impede de executar suas atividades no ritmo estabelecido, é excluído do mundo do trabalho, em face de que este sujeito não é considerado capaz de produzir.

As pessoas que não seguem os “critérios” determinados e impostos pela sociedade, se tornam isoladas, excluídas e marginalizadas enquanto ser humano trabalhador em potencial. A limitação seja física ou mental, não é aceita nos parâmetros do perfil do profissional que se vem buscando. O imediatismo presente em nossa sociedade não abre espaço para as pessoas com necessidades especiais.

Além disso, a procura por profissionais com uma estética que corresponda ao padrão exigido pela sociedade é o que realmente importa ao mundo do trabalho.

Conforme as palavras de Ribas (1992, p.05): “Os homens são determinados por sua dimensão físico-biológica [...]. Nada importa tanto quanto um corpo humano (biológico apenas) apto e capaz para trabalhar. Desta maneira, a simples aparência da deficiência instalada num corpo humano já provoca o estigma”.

Para Ross, (1993, p.33): “Uma limitação determinada no processo de realização do trabalho resulta numa negação do próprio homem e da própria história dos homens. Um meio por excelência de o homem poder transformar-se acaba se voltando contra ele, reduzindo-o à situação imediata individual dada por uma condição biológica diferenciada”.

A sociedade atual, com sua hegemonia, concentração de poder e voltada essencialmente para o lucro, impede que as pessoas com necessidades especiais exercitem seu trabalho, negando assim sua capacidade humana. A educação reprodutora das desigualdades sociais vem colaborando para a manutenção da exclusão e da falta de oportunidades de colocação profissional da pessoa portadora de deficiência.

É importante atentar para a questão das capacidades e limitações da pessoa com deficiência. E para isso é necessário que exista um maior conhecimento por toda a sociedade sobre este aspecto. Por isso, a importância de se ter um ensino inclusivo, pois assim, desde cedo as crianças, na escola, aprendem a conviver com a diferença, sabendo respeitar seu colega com deficiência, e sabendo reconhecer suas capacidades, limites e potencialidades.

Por isso, a necessidade de saber conviver com a diferença, uma vez que a condição humana não pode ser determinada pelo elemento físico, sensorial, mas sim pela riqueza de sua historicidade humana. E esta riqueza se constrói através da socialização, da participação plena do indivíduo como cidadão, que tem direito e acesso à escola, lazer, cultura e ao trabalho. O ser social e humanizador se estrutura a partir do modo como o homem produz sua existência e como ele se relaciona nas esferas que complementam uma sociedade.

O homem está em constante desenvolvimento, a essência humana não está pronta ou acabada, ela se constrói, se modifica e se desenvolve na medida em que se vai costurando a sua existência e historicidade humanas.

Em uma situação de trabalho, não se trata o trabalhador em um nível individual e parcial. Mas sim, reconhece-se seu potencial enquanto ser integral, detentor de capacidades, possibilidades, limites e competências. Ao tratar este ser humano apenas pelo lado da dificuldade, como deficiente, incapaz, é como se fosse reduzi-lo apenas ao nível biológico, priorizando sua deficiência, inferiorizando-o, sem levar em conta suas potencialidades.

Conforme o exposto por Ross (1993, p.122):

A caracterização da deficiência é baseada no critério do seu oposto: a eficiência. Isso ocorre a partir da concepção padrão das capacidades humanas de trabalho, as quais são comparadas e relacionadas ao funcionamento de uma região específica do corpo ou da mente. Isto é resultado, exatamente, de uma concepção individualista da situação humana.



É importante então, considerar o trabalhador em sua totalidade, e não apenas por um único aspecto individual e reducionista, reforçando a distinção biológica como uma incapacidade para realizar um trabalho. Há que se levar em conta toda a sua bagagem sócio-histórica que se complementa ao longo de suas relações sociais com o outro, com a diferença e a diversidade.

O trabalho enquanto sentido e significado transmite o poder de nos transformar e nos dá a possibilidade de estar presente, atuante, modificando e contribuindo para a sociedade que se desenvolve. Mesmo existindo a condição de se alienar e de sofrer um processo de alienação, o trabalho permite o ser humano se construir, se reconhecer e ser reconhecido em sua comunidade.

A pessoa com necessidades especiais, assim como qualquer ser humano também tem suas capacidades, dificuldades, medos, angústias, motivações, vontades. E sendo assim, também é uma pessoa que quer ser reconhecida no mundo, no cotidiano, na escola, no ambiente de trabalho.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

---

#### 3.1 Abordagem Metodológica da Pesquisa

O presente estudo foi conduzido a partir da abordagem qualitativa, uma vez que este tipo de pesquisa preocupa-se com os processos dos fenômenos estudados e não com o produto final, pronto, generalizado.

Segundo Lüdke e André (1986, p.12) a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como a sua fonte de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. Os dados coletados são predominantemente descritivos e há uma preocupação muito maior com o processo do que com o produto. “ O interesse do pesquisador ao estudar um determinado problema é verificar como ele se manifesta nas atividades, nos procedimentos e nas interações cotidianas”.

Neste tipo de estudo, o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador. Para Lüdke e André (1986, p.14): “[...] há sempre uma tentativa de capturar a ‘perspectiva dos participantes’, isto é, a maneira como os informantes encaram as questões que estão sendo focalizadas”.

O conhecimento qualitativo conduz a uma ação, e objetiva esclarecer determinada situação a fim de provocar uma tomada de consciência pelos próprios pesquisados e futuros pesquisadores, a respeito de seus problemas e das condições que os geram, a fim de elaborar os meios e estratégias de resolvê-los.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicos na pesquisa qualitativa. O processo e seu significado são os focos principais da abordagem. Percebe-se então que a pesquisa qualitativa não se preocupa em generalizar os dados extensivamente, mas sim em estudá-los mais intensivamente.

Outra questão importante acerca deste tipo de pesquisa refere-se ao fato de que ela investiga as atividades práticas e triviais dos atores sociais, compreendendo o sentido que estes atribuem aos fatos e acontecimentos da vida diária.

Para Triviños (1987, p.128) na pesquisa qualitativa “[...] a interpretação dos resultados surge como a totalidade de uma especulação que tem como base a percepção de um fenômeno num contexto. Por isso, não é vazia, mas coerente, lógica e consistente”.

A abordagem qualitativa permite a articulação de vários elementos que compõem os depoimentos dos participantes. Depoimentos estes que trazem dados explícitos em seu conteúdo objetivo ou manifesto, assim como implícitos em seu conteúdo subjetivo ou latente (MELETTI, 2001).

Como método de pesquisa, foi utilizado o Estudo de Caso, que por ser um tipo de pesquisa qualitativa que permite compreender os aspectos da realidade de forma ampla e contextualizada, se interessa pela relevância dada aos aspectos descritivo dos dados.

Conforme escreve Gil (1996, p.58) “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento”.

Enquanto método de pesquisa, o estudo de caso pode ser definido, segundo Young (apud GIL, 1996, p. 59) como: “[...] um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais, quer seja essa unidade uma pessoa, uma família, um profissional, uma instituição social, uma comunidade ou uma nação”.

Lüdke e André (1986) ressaltam ainda que o estudo de caso busca retratar a realidade de forma completa e profunda, onde o pesquisador procura revelar as múltiplas dimensões presentes numa determinada situação, focalizando-o como um todo. O pesquisador recorre a uma variedade de dados e fontes de informação, que podem ser coletados em diferentes momentos.

### **3.2 Plano de Descrição da População e Amostra**

Para retirar a amostra significativa para a pesquisa, conta-se com os dados fornecidos pela Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), em virtude das limitações já explicitadas anteriormente.

A Associação Catarinense para Integração do Cego, atende por ano, aproximadamente 120 pessoas portadoras de deficiência visual, que freqüentam os cursos

de reabilitação e capacitação profissional. Até o primeiro semestre de 2002, cerca de 80 alunos freqüentaram os cursos da ACIC, dos quais 35 trabalham.

Para a amostra a ser estudada nesta pesquisa, foram selecionados os portadores de deficiência visual que freqüentaram a ACIC durante o primeiro semestre de 2002 e que exercem alguma atividade de trabalho. A pesquisa contou com a participação de 30 associados.

### **3.3 Coleta de Dados**

Com relação ao processo de coleta de dados, Chizzotti (1991, p.89) explica que: “Os dados são colhidos interativamente, num processo de idas e voltas, nas diversas etapas da pesquisa e na interação com seus sujeitos”.

O instrumento utilizado para a coleta de informações e o estudo aprofundado dos dados referentes à população alvo desta pesquisa foi a entrevista. Este método representa um dos métodos básicos utilizados para a coleta de dados, sendo o procedimento mais usual no trabalho de campo. O pesquisador busca obter as informações na fala dos atores sociais.

“A grande vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos” (CHIZZOTTI, 1991, p.34).

A entrevista por ser um processo de mediação e interação entre o entrevistador e o entrevistado permite uma busca maior de informações as quais são analisadas de maneira aprofundada, preocupando-se com o processo e o desenvolvimento das informações obtidas.

O tipo de entrevista utilizada nesta pesquisa foi a estruturada, que possui como características o fato de ser desenvolvida a partir de um esquema básico, um roteiro. (Anexo A).

O processo da entrevista segue um roteiro com opções de respostas determinadas. Segundo Laville e Dionne (1999, p. 187):

A entrevista estruturada, por exemplo, se constrói exatamente como um questionário uniformizado com suas opções de respostas determinadas [...]. Cada pergunta e as respostas possíveis são lidas por um entrevistador que anota ele mesmo, sempre assinalando campos ou marcando escalas. O trabalho pode ser feito por ocasião de um encontro entre entrevistador e entrevistado.

Para a aplicação da entrevista primeiramente foi solicitada a participação dos associados da ACIC . Quanto ao critério para a escolha dos entrevistados, era necessário que os sujeitos já estivessem inseridos no mercado de trabalho. Não foram pesquisadas pessoas que ainda não estivessem atuando em alguma atividade produtiva de trabalho.

As entrevistas foram, na sua grande maioria realizadas nos locais de trabalho destes sujeitos em datas e horários sugeridos por eles próprios. Estes encontros e o decorrer das entrevistas ocorreram um clima de bastante interação entrevistador / entrevistado.

No início da conversa, foi colocado aos sujeitos pesquisados os objetivos do trabalho e da conseqüente entrevista, bem como o caráter confidencial das informações tanto em relação à pessoa entrevistada, quanto em relação ao seu local de trabalho.

A utilização deste instrumento de pesquisa teve por base um roteiro de perguntas elaboradas previamente, o qual foi dividido da seguinte maneira: dados pessoais; questões sobre a escolaridade dos sujeitos, as dificuldades ou não encontradas durante o cotidiano escolar, como se dava ou se dá o seu processo de escolarização. Foi questionado também, sobre o processo de inclusão no trabalho, profissão, como chegou ao emprego atual, o significado do trabalho.

### **3.4 Tratamento e análise dos dados**

A análise qualitativa dos dados coletados processou-se por meio de tabulação e elaboração de quadros demonstrativos, projeção gráfica, análise de cada quadro apresentado e, por fim, as conclusões e a estruturação de uma proposta para garantir melhores condições e oportunidades de trabalho aos portadores de deficiência visual.

Com relação ao processo de análise dos dados, Lüdke e André (1986, p.45) afirmam que:

A tarefa de análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes. Num segundo momento essas tendências e padrões são reavaliados, buscando-se relações e inferências num nível de abstração mais elevado.

O objetivo deste estudo foi verificar como as pessoas portadoras de deficiência visual participam do mercado de trabalho em Florianópolis. Para tal, recorreu-se aos sujeitos com deficiência visual associados da ACIC, entidade que atende à esta população desde 1977.

Para atender aos objetivos propostos nesta pesquisa, foi realizada a aplicação de um questionário, buscando-se fazer um levantamento dos dados pessoais, referentes ao sexo, idade, estado civil, origem da deficiência.

Com relação à escolaridade, objetivou-se fazer um levantamento sobre o curso que os entrevistados freqüentam ou freqüentaram, o tipo de atendimento escolar recebido e de que forma os sujeitos avaliam o seu cotidiano escolar da rede regular de ensino em relação à: metodologia adotada pelos professores e sua atuação frente o aluno portador de deficiência visual, a disponibilidade dos recursos pedagógicos e também o relacionamento com seus professores e colegas.

Objetivou-se também fazer um levantamento dos dados gerais sobre a inclusão no mercado de trabalho: idade de ingresso no mercado de trabalho, profissão exercida atual e anteriormente, posição na ocupação, tempo de serviço atual, renda mensal, recurso utilizado para ingresso no mercado de trabalho. Também foi questionado as expectativas e perspectivas do entrevistado em relação ao futuro profissional, e os aspectos considerados como os que dificultam o processo de inclusão no mercado de trabalho.

Como última questão buscou-se verificar as medidas consideradas necessárias para auxiliar no processo de inclusão tanto na escola como no mercado de trabalho.

## 4 ESTUDO DE CASO

---

### 4.1 Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC – Breve histórico

A Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC) é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de âmbito estadual, fundada em 18 de junho de 1977.

Seu principal objetivo é realizar Educação, Reabilitação e Profissionalização de pessoas portadoras de deficiência visual, atendendo tanto a Santa Catarina, como a outros estados e inclusive outros países.

A ACIC situa-se no bairro Saco Grande em Florianópolis, com sede própria, sendo adequado e adaptado às necessidades das pessoas portadoras de necessidades especiais. Atualmente seu quadro de funcionários é composto por 40 pessoas entre professores, técnicos e bolsistas.

A Associação atende por ano cerca de 100 pessoas oferecendo cursos para Reabilitação e Habilitação e também a Profissionalização do portador de deficiência visual, sendo oferecido também consultorias e encaminhamento para escolas comuns e para o mercado de trabalho.

O programa de Reabilitação e Habilitação visa proporcionar uma vida mais independente e integrada, sendo oferecidos cursos desde Orientação e Mobilidade, Escrita Braille e Escrita Cursiva, Atividade de Vida Diária, entre outros. (Anexo B)

O curso de Orientação e Mobilidade, por exemplo, o aluno vai aprender a desenvolver noções de alinhamento, equilíbrio e lateralidade, a estabelecer pontos de referência através dos sons. Assim, o aluno terá condições para se deslocar livre e independentemente.

Para o curso de Atividade de Vida Diária, o aluno aprende a realizar suas tarefas domésticas cotidianas, como lavar, passar, cozinhar. O atendimento ocorre em uma sala que simula uma pequena casa com móveis, cozinha, etc...

A preparação e profissionalização oferecida pela ACIC aos seus alunos, é baseada em um programa que está dividido em: Orientação para o Trabalho; Cursos Profissionalizantes e Encaminhamento e Acompanhamento ao Mercado de Trabalho.

Na fase de Orientação para o Trabalho são abordados temas relativos à realidade do mercado de trabalho competitivo, como legislação trabalhista, segurança no trabalho, documentação.

Os Cursos Profissionalizantes são realizados periodicamente a partir de uma análise do mercado de trabalho, onde são consideradas as ocupações compatíveis com a deficiência visual, os interesses pessoais e habilidades de cada aluno.

Alguns cursos oferecidos são: Informática (Internet, Excell, Word, Digitação); Artesanato (Cestaria, Tapeçaria, Cerâmica); Inglês e Espanho Básico; Técnicas em vendas; Telemarketing; Terapias Alternativas (Anexo C).

Na fase de Encaminhamento e Acompanhamento ao Mercado de Trabalho, a ACIC faz um levantamento das vagas existentes no mercado de trabalho que estejam compatíveis com a formação e qualificação do aluno, e havendo as vagas, os alunos são então encaminhados, treinados, e acompanhados durante os três primeiros meses no emprego.

“Nesse período, a equipe técnica do Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência, avalia o desempenho, a eficiência e o nível de integração profissional do aluno na atividade que estiver sendo exercida. Após a conclusão desse período, o aluno encaminhado assume as suas próprias responsabilidades e compromissos” (ACIC 2002).

## **4.2 Apresentação e Caracterização Geral do Grupo**

O grupo pesquisado conta com 30 trabalhadores portadores de deficiência visual associados à ACIC. O tratamento dos dados permitiu obter os resultados apresentados a seguir, os quais serão colocados numericamente, através de figuras, permitindo assim uma melhor visualização do contexto estudado.

Para caracterizar o grupo estudado nesta pesquisa, e para o levantamento dos dados pessoais foram analisados sexo, idade, estado civil e origem da deficiência, conforme pode-se visualizar através das figuras a seguir.



Tabela 1 – Distribuição dos Trabalhadores por Sexo X Faixa Etária

Faixa Etária	20-25	26-30	31-36	37-45	Total
Sexo					
Masculino	2	4	3	4	<b>13</b>
Feminino	5	6	4	2	<b>17</b>

Tabela 2 – Distribuição dos Trabalhadores por Sexo X Estado Civil

	Solteiros	Casado	Separado
Masculino	7	5	1
Feminino	11	4	2

Quanto à origem da deficiência, a amostra apresenta-se com 25 pessoas que possuem deficiência congênita e outras 05 pessoas com deficiência adquirida (Figura 1). Entre estas 05 pessoas, 04 são do sexo masculino e 01 do sexo feminino, sendo que, 02 adquiriram a deficiência por motivo de doença, outra em virtude de violência urbana, e outras 02 pessoas por motivo de acidente de trânsito.

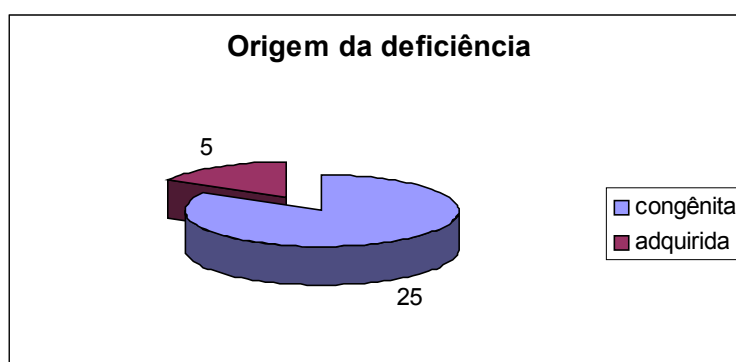


Figura 1 – Origem da Deficiência

### 4.3 Análise e Discussão dos Resultados

#### O portador de deficiência visual e o processo de escolarização

Os dados sobre o processo de escolarização dos sujeitos do grupo pesquisado relacionaram-se à *forma de atendimento educacional* recebido, ou seja, se estudaram na escola da rede regular de ensino ou em instituição especializada; ao *nível de escolaridade* e sua relação com a profissão exercida; a *avaliação* do cotidiano da rede regular de ensino e as *medidas* consideradas necessárias para facilitar a inclusão educacional.

Quanto aos trabalhadores que continuam estudando atualmente, a figura 2 apresenta os resultados.

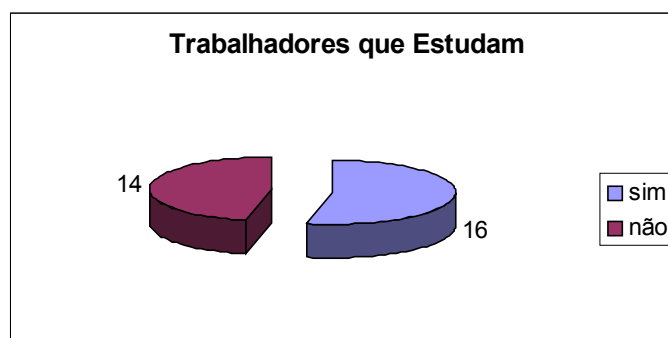


Figura 2 – Trabalhadores que estudam atualmente

Quanto à *forma de atendimento escolar*, os entrevistados responderam se estudaram (ou estudam) em escolas regulares, em ambiente inclusivo; ou se estudaram exclusivamente em ambiente especializado, ou seja, se foram escolarizados somente na instituição especializada, ou ainda, se receberam atendimento em ambas as escolas. A tabela 3 apresenta os resultados.

Com os resultados apresentados nesta tabela, nota-se que a maior parte dos entrevistados estudaram exclusivamente na escola regular, recebendo atendimento em ambiente de ensino inclusivo. Apenas um entrevistado revelou que em seu processo de escolarização recebeu somente atendimento da instituição especializada.

Tabela 3 – Distribuição dos Trabalhadores por Forma de Atendimento Escolar X Faixa Etária

ATENDIMENTO ESCOLAR	REGULAR	ESPECIALIZADO	AMBOS
FAIXA ETÁRIA			
20 – 25	08	-	
26 – 30	09	-	
31 – 36	03	-	04
37 – 45	-	01	05
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>01</b>	<b>09</b>

Importante ressaltar que a maioria dos entrevistados que informaram estudar exclusivamente no ambiente regular, estão inseridos na faixa etária entre 20 e 36 anos. E os outros que estudaram em ambas escolas, situam-se entre os mais velhos do grupo, 31 aos 45 anos. A pessoa que informou ter estudado apenas em ambiente especializado, que recebeu um ensino segregado é o sujeito mais velho da pesquisa.

Ao considerarmos historicamente que o ensino segregado e isolado nas instituições especiais começa a ser questionado a partir do final dos anos 60, quando inicia-se o desenvolvimento de um processo de integração escolar, em que os alunos com deficiência começam a ser aceitos na rede regular de ensino, desde que estejam aptos e preparados a acompanhar a classe.

Durante este período permeado pelos ideais da integração, começaram a surgir as classes especiais dentro de escolas comuns, o que aconteceu não por motivos humanitários e sim para garantir que as crianças deficientes não ‘interferissem no ensino’ ou não ‘absorvessem as energias do professor’ a tal ponto que o impedissem de ‘instruir adequadamente o número de alunos geralmente matriculados numa classe’ (SASSAKI, 1999).

O que ocorria nesta época, é que os alunos eram matriculados e freqüentavam a rede regular de ensino, porém, a escola não oferecia condições propícias para desenvolver um rico processo educacional a estes alunos, que vai desde a simples eliminação de barreiras físicas, quanto a possibilidade de novas estratégias de ensino.

O discurso sobre a ‘deficiência’ que vinha sustentando o princípio da segregação, passou a perder terreno para as idéias de integração, individualização e normalização nascidas do discurso dos sujeitos marcados em suas vidas por essa condição. Essa nova ideologia que resulta do processo de democratização da sociedade e da organização de alguns segmentos sociais destes sujeitos não produz transformações imediatas sobre as possibilidades de educação destas pessoas, mas implica a conquista de novas atitudes sociais e novas políticas educativas e sociais que lhe são dirigida (ROSS, 1998, p.87).

Na educação das pessoas com necessidades especiais, Vigotsky (1995) ressalta a importância de um processo ensino-aprendizagem voltado para a construção do coletivo e da diversidade. Salienta que o pensamento e o convívio coletivo com a diversidade, são fontes fundamentais para o desenvolvimento da pessoa portadora de deficiência.

A forma de colaboração social com outras pessoas, se transforma na atividade psicológica da própria personalidade. Os que só convivem com seus pares, com seus iguais, são privados da fonte rica de desenvolvimento.

Em relação ao *nível de escolaridade* dos entrevistados, os dados estão distribuídos na figura 3.

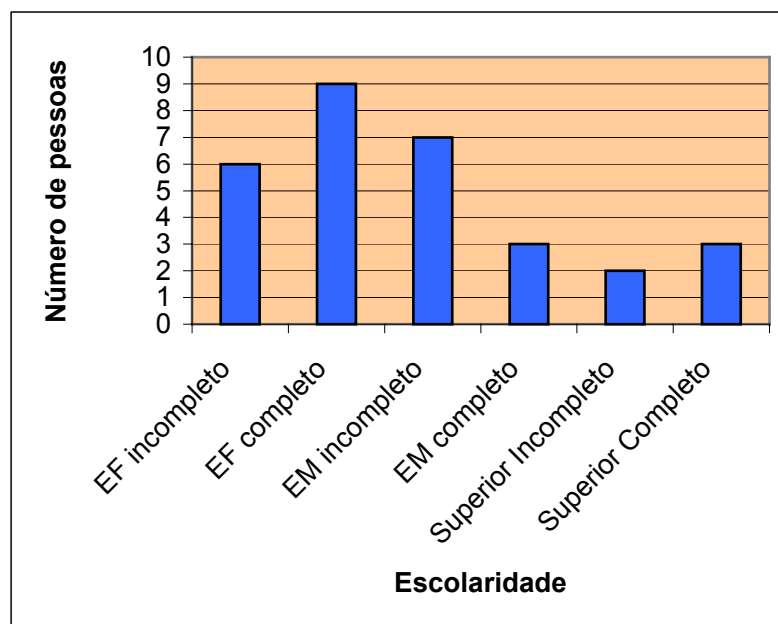


Figura 3 – Nível de Escolaridade dos Trabalhadores

Percebe-se que apenas 16% dos entrevistados, possuem o nível superior. Sobre a questão do acesso ao nível superior de alunos da educação especial, Torres (2002, p.160) entende que:

Aceder ao nível dos estudos universitários é um grande desafio para a maior parte da população brasileira e as dificuldades encontradas pelas pessoas portadoras de deficiência são ainda maiores, pois às barreiras sócio-econômicas comuns se agregam outras barreiras específicas associadas às deficiências, como a falta de acessibilidade à mídia em que se divulga a informação, o desrespeito ao estilo de aprendizagem dos alunos, a limitação quanto à forma de percepção sensorial, a inadequação do material didático, a falta de ajudas técnicas, a ausência de transporte adequado etc, como também as barreiras atitudinais e o confronto com os estereótipos que prevalecem nas relações entre pessoas “normais” e as pessoas portadoras de deficiência.

Ou seja, tornam-se ainda mais difíceis as oportunidades de crescimento educacional aos alunos com deficiência, por razões que não se referem às dificuldades resultantes da deficiência em si, mas sim em virtude de todo um processo social, que se revela em precárias condições de acessibilidade física, e até mesmo a falta de conhecimento tanto do pessoal docente, quanto os outros envolvidos no sistema escolar: colegas, técnicos, funcionários, pais.

Questionados sobre a *avaliação* do cotidiano escolar da rede regular de ensino, os entrevistados analisaram suas vivências educacionais em relação à metodologia das aulas; a atuação dos docentes em relação ao aluno com deficiência visual (de que forma atuaram ou atuam esses professores de maneira a contribuir e auxiliar o processo ensino-aprendizagem destes alunos); a comunicação e o relacionamento entre demais colegas de turma, e por último a disponibilidade de material didático adaptado.

Conforme pode-se observar na figura 4, os entrevistados responderam em sua maioria, que consideram ruins tanto a metodologia das aulas como a atuação dos professores. Da mesma forma a disponibilidade dos materiais pedagógicos e os recursos adaptados a realidade do aluno com deficiência visual, foram considerados ruins por 21 dos 30 entrevistados.

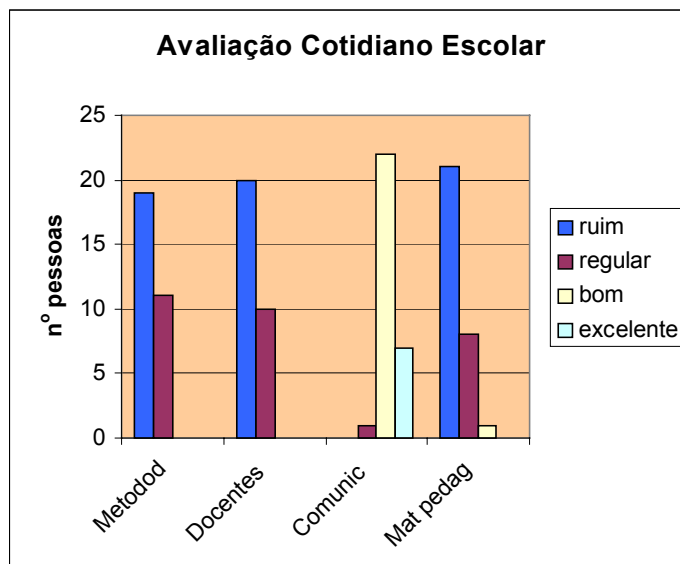


Figura 4 – Avaliação do Cotidiano Escolar da Rede Regular

Para ilustrar estas questões sobre a metodologia e atuação dos docentes frente à deficiência, destacam-se alguns depoimentos dos próprios entrevistados:

“A maior parte dos professores não estava preparado para receber alunos com deficiência visual. Simplesmente não tinham noção de como comportar-se. A didática empregada normalmente não atendia as necessidades”.

A opinião de outro entrevistado revela a falta de qualificação dos docentes: “Nós (pessoas com necessidades especiais) é que temos que mostrar nossas dificuldades. O professor não tem qualificação, capacitação, não tem nada pronto, para receber um aluno com deficiência. A gente é que tem que falar, correr atrás, avisar como eles devem nos ajudar”.

Sobre essa questão Zambone (2001, p.77) afirma que:

Muitos educadores não querem saber da responsabilidade de ter um aluno com deficiência. Têm medo de ser responsáveis pelo aprendizado dos ‘deficientes’. Tais professores com frequência solicitam que nós, especialistas, façamos mais do que deveríamos, referem-se ao aluno como o seu aluno, e também de outras maneiras tentam separar a responsabilidade para com o aluno deficiente. Esse é um procedimento normal, quando o emprego dos professores depende do desempenho dos alunos [...]. Os educadores gerais tendem ainda a acreditar que existe uma solução mágica para facilitar o aprendizado de nossos alunos e solucionar as suas dificuldades.

Deitos (2000, p.81) revela que:

A falta de informações sobre a cegueira colabora para que certas atitudes dos professores diante das pessoas com histórico de deficiência resultem em prejuízos destas. [...] A falta de conhecimentos por parte dos professores e também por parte da sociedade quanto ao problema da perda da visão gera muitas vezes, no processo de avaliação educacional e no dia-a-dia, posicionamentos estigmatizadores.

Fonseca (1995, p.217) adverte que: “Devem ser tomadas medidas drásticas para elevar o nível da formação dos professores da Educação Especial, culminando com licenciatura e favorecendo e estimulando a investigação”.

O autor propõe que sejam criadas unidades de Educação Especial em cursos de licenciatura, preparando os futuros professores de diversas áreas, para atuarem com alunos portadores de deficiência. Para garantir que esta formação seja constante, até mesmo para professores que já estão em exercício, o autor sugere uma interação entre as escolas regulares e especiais, para que ocorra a troca de informações, conhecimentos e recursos.

No que se refere à disponibilidade dos recursos pedagógicos, é importante trazer uma analogia entre a realidade nos dias atuais em nossas escolas com os estudos de Vygotsky (1995).

O autor analisa a questão da dificuldade e da falta de adequação entre a organização psicofisiológica da criança portadora de deficiência e os meios culturais disponíveis, ou seja os recursos pedagógicos existentes na escola regular.

A criança defeituosa não apresenta uma relação de harmonia com a estrutura das formas culturais existentes. Isto era compreensível, porque a cultura humana foi criada sob as condições de um tipo biológico mais ou menos estável e, portanto, seus instrumentos materiais e ajustamentos, seus aparatos e institutos sociopsicológicos foram adaptados à sua organização psicofisiológica normal. O defeito, exigindo uma reorganização mais ou menos completa da mente da criança, arruinava o processo de assimilação na cultura humana (VALSINER E VEER, 1996, p.87).

O que ocorre portanto é que para a criança normal, os planos de desenvolvimento natural e cultural se fundem entre si, já que o desenvolvimento orgânico se realiza no meio cultural produzido e adequado aos considerados normais. Na criança com deficiência não se observa esta fusão. O desenvolvimento natural e o cultural divergem. A deficiência orgânica causa essa divergência. “A cultura da humanidade se dá em certas condições de estabilidade e empenho do tipo biológico humano. Por isso, os instrumentos materiais e adaptações, estão destinadas à organização psicofisiológica normal” (VYGOTSKY, 1995, p.17).

Para Ross (1998, p.69), de nada adianta o discurso de aceitação passiva de igualdade sem que exista uma transformação ou uma ação. No caso do ambiente escolar, não é necessário apenas aceitar o aluno portador de deficiência, mas também permitir e dar-lhe condições para que permaneça na escola enquanto ser ativo.

Aceitar a igualdade genérica pode promover também a inércia. Essa é a atitude de quem concebe o diferente como um igual, mas esquece-se das adaptações que seriam necessárias [...]. Não podemos dizer que usufrui de igualdade o indivíduo que frequenta a escola e não pode dispor dos livros didáticos, da biblioteca e de outros materiais escolares.

Na educação dos sujeitos portadores de necessidades especiais, o rumo tomado pelo processo educacional, pode levar a dois caminhos: um primeiro, que reforça a deficiência como condição limitadora, ou seja, atribui os limites da deficiência como causa para o fracasso no processo ensino-aprendizagem. E um segundo caminho que permite as trocas, as interações sociais e culturais, favorecendo novas alternativas no desenvolvimento das capacidades e do processo educacional destes sujeitos. Uma educação verdadeiramente social e coletiva.

Seguindo por esta visão tomada pela consciência social, destaca-se no grupo estudado a dificuldade encontrada em estabelecer um processo educacional rico e positivo dentre os caminhos da socialização.

Para Vygotsky (1995, p.161) a educação dos alunos com necessidades especiais não se diferencia dos outros. Os alunos com deficiência alcançam o mesmo grau de desenvolvimento que os outros alunos, porém por outras vias. O que é necessário é que o



professor ou o responsável pela educação, conheça estes caminhos e atue em sua prática pedagógica de maneira a estimular o processo de conhecimentos destes alunos.

[...] deve-se e pode-se tratar a criança cega ou surda-muda, do ponto de vista psicológico e pedagógico, da mesma maneira que a criança normal. [...] o desenvolvimento e a educação da criança com defeito é consideravelmente diferente da criança normal, e por isso, a técnica de ensino da criança com defeito, sempre se diferenciará por uma grande peculiaridade. Ler com a vista e ler com os dedos, é em princípio, o mesmo, porém no aspecto técnico é muito diferente.

A educação também não deve seguir a tendência de eliminar, ignorar o defeito ou a deficiência, mas sim, vencê-los, discutí-los, ou seja, promover a diversidade e a diferença na sala de aula, através da conquista do social. O educador deve conhecer as peculiaridades do aluno com deficiência, podendo ser igualado à pessoa considerada normal, mas que como aponta Vygotsky, necessita de outros meios e caminhos para garantir seu processo de aprendizagem.

Neste sentido, procurando identificar as *medidas* consideradas necessárias para facilitar o processo de inclusão escolar, e assim proporcionar melhores condições de aprendizagem, os entrevistados revelaram que principalmente deve melhorar a preparação dos docentes (Figura 5). Ou seja, torna-se urgente e necessário a atualização dos professores da rede regular de ensino, para que promovam um processo de ensino-aprendizagem satisfatório para os alunos com deficiência visual.

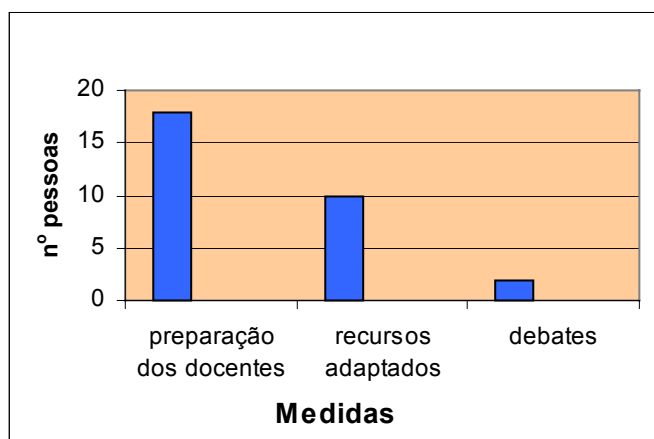


Figura 5 – Medidas necessárias para Inclusão Escolar

De acordo com Deitos (2000), é necessário que exista uma proposta pedagógica de acordo com as experiências dos alunos, sendo importante que o professor esteja habilitado e que saiba explorar todos os recursos remanescentes, todos os sentidos do aluno, trabalhando como um todo. O professor deve saber e conhecer bem o seu aluno, para explorar ao máximo suas capacidades. Ou seja, é importante reconhecer as culturas e a diversidade presentes no dia-a-dia e trabalhá-las, discutí-las, polemizá-las.

Ross (apud DEITOS, 2000, p.81) considera fundamental preocupar-se com a “qualificação permanente dos profissionais em educação. Esta é outra característica fundamental da escola inclusiva, levando-se em conta a complexidade das demandas sociais e as transformações dos processos produtivos que implicam a redefinição dos currículos, estratégias de ensino, avaliação, enfim da própria organização escolar”.

A preparação dos docentes se faz também com a participação dos alunos, ou seja, possibilitando que o aluno portador de deficiência possa identificar e manifestar suas dúvidas e questionamentos, da mesma forma que este aluno seja encorajado a participar da aula, ensinando aos professores e alunos a melhor forma de conduzir a aula.

Em consequência disso, é muito importante também que as escolas tenham a disponibilidade de materiais pedagógicos para facilitar o aprendizado deste alunado. A partir daí, conforme os dados desta questão, é necessário promover debates e discussões no ambiente escolar, envolvendo não só professores e alunos, mas também os funcionários, pais, comunidades vizinhas, sobre a importância da educação inclusiva e das possibilidades de conviver e ensinar-aprender junto com alunos portadores de deficiência.

Para Sasaki (1999, p.117) o grande desafio de promover uma educação satisfatória, rica e verdadeiramente inclusiva, não se limita apenas à ação dos docentes: “Deverá haver ação conjunta do diretor e dos professores da escola, das autoridades educacionais, dos profissionais de educação especial e/ou de reabilitação, e representantes da comunidade”.

A este respeito, Zambone (2002, p.69) diz que:

As escolas inclusivas auxiliam na formação de comunidades inclusivas nas quais as diferenças entre as pessoas são valorizadas, onde cada membro recebe apoio para que possa também contribuir para o conjunto social, e onde os valores humanos resultantes dessa integração permitem que nossas sociedades atinjam as nossas realizações mais importantes.

Para Deitos (2000, p.95) é importante redirecionar o olhar em relação ao currículo escolar, às metodologias, à infra-estrutura física, à capacitação dos profissionais educadores. “Se a finalidade primordial da educação é auxiliar na formação integral do indivíduo, a promoção deste princípio consiste basicamente na possibilidade de execução de políticas fundamentais voltadas à garantia de direitos a todos os seres humanos indistintamente”.

O cotidiano do processo educacional deve levar em consideração que a diferença precisa ser considerada, e não apenas analisada enquanto dualismo indiferença/diferença. É fundamental considerar as conseqüências sociais resultantes da limitação imposta pela deficiência.

Desta maneira, melhores condições poderão ser oferecidas ao aluno com deficiência visual, para que seu processo ensino-aprendizagem seja mais rico e assim, ele possa se qualificar e estar mais preparado para ser incluído no mundo do trabalho competitivo.

### **O portador de deficiência visual e o mercado de trabalho**

Os dados sobre as vivências profissionais dos portadores de deficiência visual no mercado de trabalho, foram analisados sob os seguintes aspectos: **Ocupação profissional, Acesso ao mercado de trabalho e Vida profissional.**

#### **- Ocupação Profissional**

Pelo referencial *Ocupação Profissional* visando identificar o perfil profissiográfico dos sujeitos envolvidos na pesquisa, foram destacados os seguintes dados: *profissão atual e anterior; posição na ocupação; tempo de serviço na profissão atual e renda mensal.*

Ainda sob este referencial, foi analisado o processo de qualificação profissional dos pesquisados, bem como a relação entre o nível de escolaridade e a profissão exercida.

Os dados sobre as profissões atualmente exercidas pelos sujeitos da pesquisa estão distribuídos na Figura 6.

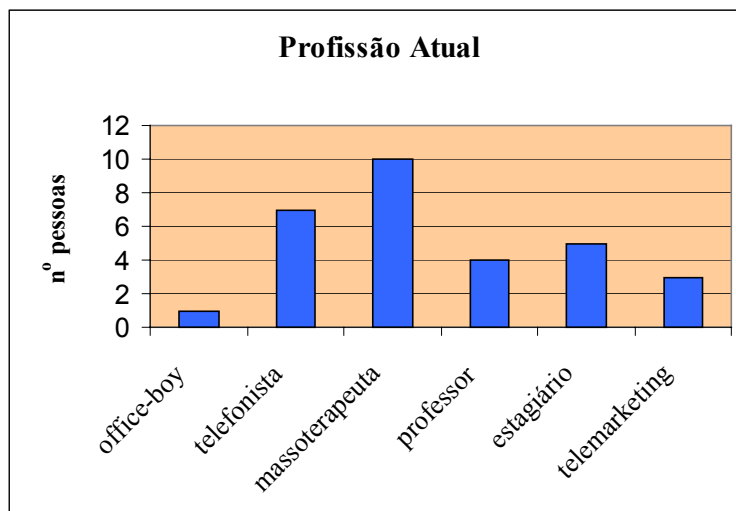


Figura 6 – Distribuição dos Trabalhadores por Profissão Atual

Verifica-se através do gráfico anterior que as profissões que se destacam como sendo as mais exercidas atualmente pelo grupo pesquisado, são as de massoterapeutas e telefonistas.

Nas palavras de Ormelezi (2002, p.155) existe uma certa estereotipia na profissão da pessoa com deficiência visual:

A idéia mais comum é que a pessoa com deficiência visual só poderá executar funções de um determinado tipo de segmento. Antigamente pensava-se no trabalho em linhas de produção, depois no artesanato, na música e recentemente na área de informática e telemarketing. Não são raras as vezes em que assistimos a reações de surpresa ao identificarmos deficientes visuais que atuam como office-boy, advogado, assistente de estúdio, pedagogo, [...] artista plástico e outras tantas profissões administrativas ou técnicas.

Para Ross (1998, p.49), há um enquadramento, uma adaptação “imposta” ao sujeito com deficiência visual, onde só lhes é permitida determinadas capacidades manuais de trabalho. “[...] se a sociedade concebe o homem não visual no nível da aparência e da imediaticidade, então permite-lhe e exige-lhe apenas capacidades manuais. Neste sentido passa a negá-lo como ser único, inteiro e universal”.

O que ocorre é que diante do pré-conceito disseminado entre a sociedade, há uma “imagem” de incapacidade em relação à pessoa com deficiência visual, considerada incapaz

de exercer uma variedade de atividades profissionais, bem como de tarefas cotidianas – o que leva a reforçar o ideal de enquadramento no mundo social produtivo.

Sobre isto, Batista (1997, p.12) e colaboradores também reforçam esta idéia ao dizer que: “O que tem sido oferecido é simplesmente proporcionar ao portador de deficiência um enquadramento em uma atividade elementar específica e tardia no modo de produção capitalista, reproduzindo as impossibilidades, dificuldades e barreiras”.

É importante ressaltar que não se deve fazer uma crítica sobre as profissões que estão sendo mais exercidas pela pessoa com deficiência visual, uma vez que todas são igualmente importantes e necessárias a nossa sociedade. Mas o que pretende-se discutir e buscar como reflexão, é justamente este enquadramento, os padrões vigentes pelo qual estes sujeitos passam enquanto cidadãos trabalhadores.

O que torna-se necessário, portanto, é oportunizar várias vivências, permitir que o sujeito possa perceber, explorar e descobrir suas habilidades, potencialidades e interesses, para assim poder optar por um tipo de trabalho.

Os dados sobre as *profissões anteriormente exercidas* pelos sujeitos da pesquisa, contam com uma amostra de 15 pessoas, em virtude de os outros 15 entrevistados estarem trabalhando pela primeira vez. A tabela 4 apresenta os resultados da comparação entre as profissão anterior e atual exercida pelos pesquisados.

Tabela 4 – Distribuição dos Trabalhadores por Profissão Anterior X Profissão Atual

<b>Profissão Anterior</b>	<b>Número de Profissionais</b>	<b>Profissão Atual</b>
	<b>Atuais</b>	
Office-boy	01	Telefonista
Auxiliar de Escritório	01	Estagiário
Operador Telemarketing	01	Telefonista
Operador Telemarketing	02	Massoterapeuta
Massoterapeuta	01	Operador de Telemarketing
Massoterapeuta	04	Professor
Telefonista	02	Estagiário
Telefonista	01	Office-boy
Telefonista	02	Massoterapeuta
<b>Total: 15</b>		

Novamente verifica-se que os portadores de deficiência visual enquadram-se em certos grupos ocupacionais, em profissões que se repetem. Percebe-se que, entre os trabalhadores que exerceram inicialmente profissões como operadores de telemarketing, atualmente trabalham como telefonista ou massoterapeutas. Entre os cinco telefonistas (profissão anterior), dois atuam hoje como massoterapeutas e outros dois são estagiários. Importante ressaltar que neste grupo, os atuais professores trabalharam inicialmente como massoterapeutas.

Ao enquadrar os trabalhadores ao que é imposto social, econômica e tecnicamente dentro de um padrão pré-estabelecido culturalmente, não possibilitamos a sua manifestação humana, o que pode resultar no preconceito, favorecendo ainda mais a segregação social. A limitação ou a deficiência não podem servir de parâmetro para a realização de um trabalho.

Ross (1993) novamente tece uma crítica ao enfatizar que para o sujeito distinto sensorialmente não lhes é concedido oportunidade de serem livres e de decidir, pois as próprias condições e situações de educação e trabalho não permitem essa livre escolha. Daí surgem as profissões estereotipadas.

Sobre a questão dos estereótipos, Hastorf (apud TORRES, 2002, p.101) escreve que uma das maneiras pela qual percebemos os outros baseia-se nos estereótipos que temos a respeito das outras pessoas. Assim, define:

Um estereótipo é um conjunto de características que, supostamente, se ajustam a uma categoria de pessoas. Entretanto, devemos reconhecer a possibilidade de que o comportamento dos outros possa ser influenciado pelas percepções que temos deles. [...] Assim, fazendo parte de uma mesma sociedade, vai-se alimentando esses estereótipos e, o que é mais grave, pode-se com eles influenciar às próprias pessoas portadoras de deficiência.

É interessante observar no estudo de Wright (apud TORRES 2002), em relação às pessoas com deficiência visual, onde o autor escreve que não existe uma malevolência quando se subestima o potencial das pessoas portadoras de deficiência: As percepções sociais modelam e mantêm as atitudes negativas sobre as capacidades e os potenciais de atuações independentes de pessoas que são cegas. Assim, as atitudes limitantes e

desvalorizadoras não surgem necessariamente de uma intenção malevolente por parte dos videntes (apesar de que podem ser usadas para sustentar motivos pouco elevados). Elas são o produto do modo como os seres humanos fazem suas inferências sobre outras pessoas em geral.

De tudo isso, sobressai a importância de se conhecer e respeitar os potenciais das pessoas portadoras de deficiência, para que a sociedade possa elaborar uma outra percepção das mesmas” (TORRES, 2002, p.102).

Ao identificar uma relação entre educação e trabalho, os dados dos pesquisados sobre nível de escolaridade e profissão atual exercida, foram cruzados, cujos resultados podem ser visualizados na figura 7.

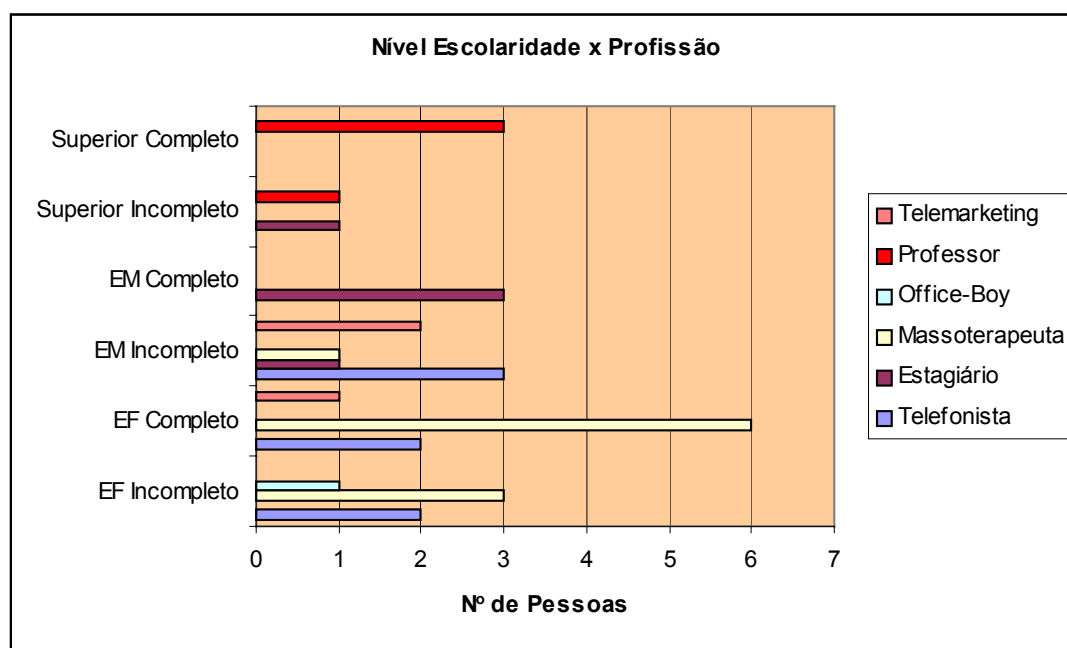


Figura 7 – Distribuição dos Trabalhadores por Nível de Escolaridade X Profissão

Analisando a relação entre a educação e o mundo do trabalho, Pastore (2000, p.79) assinala que a educação sozinha não é garantia de emprego, mas ajuda as pessoas a se empregarem, a se manterem no emprego e a mudarem de emprego. O autor enfatiza que o desemprego atinge muito mais os menos educados ou escolarizados: “Nos períodos de recessão e excesso de oferta de mão-de-obra, as empresas têm oportunidade de selecionar

peças com mais qualificação. Nos períodos de retomada do crescimento, as mudanças tecnológicas passam a exigir mais competência. Nos dois casos, a boa educação é essencial”.

Historicamente as pessoas portadoras de deficiência sofrem restrições no campo educacional, o que dificulta consideravelmente a inserção e a participação desses sujeitos no mercado de trabalho.

Torres (2002, p.161) também corrobora com esta questão ao analisar que: “Somente através da educação as pessoas portadoras de deficiência podem qualificar-se de forma a alcançar níveis de competência que lhes permitam transformar os estereótipos vigentes [...]”.

Nos dias atuais, a dificuldade de emprego atinge diretamente aos trabalhadores com baixa qualificação ou nível de escolaridade, sendo que, no caso dos portadores de deficiência, esta dificuldade é agravada, “devido à combinação de suas limitações com o descaso da sociedade e a generalizada inadequação da arquitetura, transporte e outros complicadores” (PASTORE, 2000, p.77).

Em um estudo sobre os programas de capacitação para jovens pobres na Colômbia, Gómez e Castro (2000, p.135, tradução nossa) advertem que um dos principais problemas que esses jovens encontram é justamente o baixo nível de escolarização, que segundo os autores, “[...] diminuem as possibilidades de aceder a postos de trabalhos melhores. Este baixo nível dificulta a definição de perfis de formação que respondam ao mercado de trabalho”.

Assim, verifica-se a importância de um bom e adequado processo de escolarização que possam verdadeiramente permitir às pessoas que se eduquem e se preparem para a realidade do mundo do trabalho.

Há a necessidade de promover políticas de melhorias no processo educacional, conforme as palavras de Gajardo e Milos (2000, p.188, tradução nossa):

[...] projetar instrumentos e estabelecer incentivos para melhorar a capacidade de retenção das escolas e estabelecer vínculos entre o ensino médio e o mundo do trabalho. Também construir canais de comunicação entre o setor empresarial e os planejadores do currículo escolar, com a finalidade de incorporar a estes as competências exigidas pelo mundo do trabalho.



Os dados referentes à *posição na ocupação*, estão relacionados com a profissão atualmente desempenhada pelos pesquisados, cujos resultados apresentam-se na tabela 5.

Tabela 5 – Distribuição dos Trabalhadores por Posição na Ocupação X Profissão Atual

Posição	Empregado com Carteira de Trabalho Assinada	Autônomo	Estagiário
<b>Profissão Atual</b>			
Office-boy	01	-	-
Telefonista	07	-	-
Massoterapeuta	-	10	-
Professor	04	-	-
Telemarketing	03	-	-
Estagiários			05
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>10</b>	<b>05</b>

Pode-se perceber que as dez pessoas que trabalham como autônomas exercem a função de massoterapeutas.

Questionados sobre o *tempo de serviço* na ocupação atual, os resultados foram relacionados com a profissão atual de cada sujeito pesquisado, conforme apresenta a tabela 6.

Tabela 6 – Distribuição dos Trabalhadores por Tempo de Serviço X Profissão Atual

Tempo Serviço	Até 1 ano	02 e 04 anos	05 e 09 anos	Mais de 10 anos
<b>Profissão Atual</b>				
Office-boy	01	-	-	-
Telefonista	01	05	01	-
Massoterapeuta	01	06	-	03
Professor	-	-	01	03
Estagiário	05	-	-	-
Telemarketing	01	02	-	-
<b>Total</b>	<b>09</b>	<b>13</b>	<b>02</b>	<b>06</b>

Entre os nove trabalhadores com até um ano de tempo de serviço, destacam-se os cinco estagiários. Ao considerar os treze trabalhadores com tempo de serviço entre 02 e 04 anos, destacam-se seis massoterapeutas e cinco telefonistas.

Os seis trabalhadores com mais de 10 anos de profissão, dividem-se entre os professores e os massoterapeutas.

Sobre a *renda mensal* dos entrevistados, pode-se verificar através da figura 8, que a maioria deles (21 pessoas) têm uma renda mensal entre 2 e 4 salários mínimos. O restante recebe o equivalente a 1 salário mínimo, que são os cinco estagiários, dois telefonistas e dois massoterapeutas.

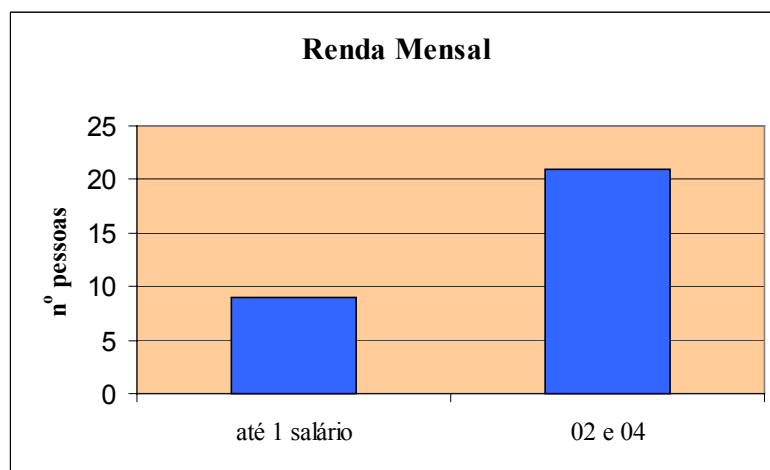


Figura 8 – Distribuição dos Trabalhadores por Renda Mensal

No sentido de trazer à tona a discussão sobre a qualificação profissional das pessoas com deficiência visual, foi questionado para os sujeitos da pesquisa os cursos profissionalizantes por eles realizados, conforme os dados da figura 9.

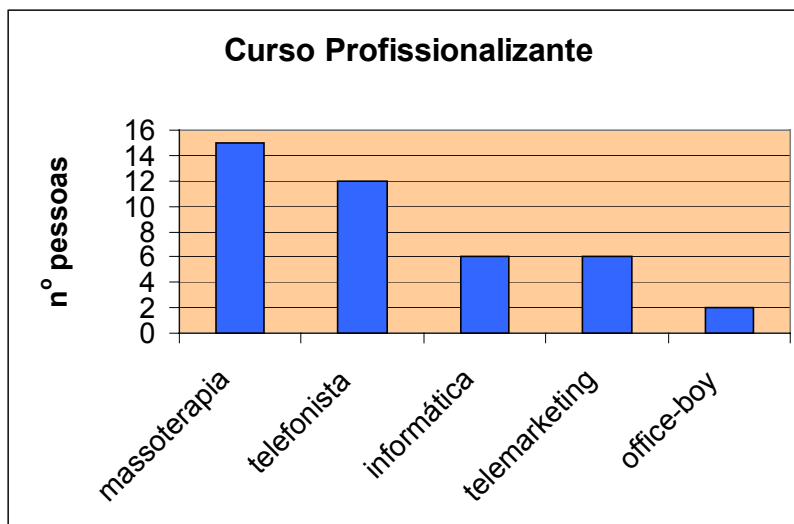


Figura 9 – Qualificação Profissional dos Trabalhadores

Pode-se verificar que os cursos mais procurados foram: massoterapia e telefonista.

Segundo Sasaki (1999), ocorre frequentemente que, a escolarização e a profissionalização das pessoas com deficiência apresentam conteúdos distantes da realidade do mundo do trabalho. Com isso, estes sujeitos encontram muita dificuldade na hora de procurar emprego. É necessário portanto, investir em uma formação profissional não apenas voltada à aquisição de conhecimentos e habilidades para o exercício de uma determinada ocupação, mas sim, investir em aquisição de qualidades pessoais associadas ao desempenho de qualquer ocupação.

Para Aidar (apud SASSAKI, 1999, p.87): “A qualificação profissional deverá contemplar, preferencialmente de forma integrada em cada componente curricular, as seguintes dimensões: competências teóricas e práticas específicas da profissão; conhecimentos gerais relacionados à profissão; atitudes e habilidades comuns a uma área profissional e ao mundo do trabalho”.

Buscando identificar a relação entre a ocupação atual e a qualificação profissional, os resultados foram agrupados nas seguintes categorias: ocupação igual, correlata ou diferente da formação profissional (Tabela 7).

Tabela 7 – Distribuição dos Trabalhadores por Ocupação Atual X Curso Profissionalizante

Ocupação	Igual	Correlata	Diferente
<b>Curso Profissionalizante</b>			
Massoterapia	10	-	04
Telefonista	07	-	-
Informática	03	02	-
Telemarketing	03	-	-
Office-boy	01	-	-
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>02</b>	<b>04</b>

Dentre os 24 trabalhadores que exercem ocupações conforme o curso profissionalizante realizado, destacam-se dez pessoas que trabalham como massoterapeutas e 07 telefonistas.

Entre os dois trabalhadores com ocupação correlata à qualificação profissional, destacam-se os estagiários que atuam nas áreas de jornalismo e publicidade. Estes estagiários realizaram cursos profissionalizantes de informática, e informaram que utilizam cotidianamente dos recursos tecnológicos da informática no ambiente de trabalho. É importante ressaltar que a formação e os conhecimentos em informática foram, segundo palavras dos próprios entrevistados, decisivos na obtenção do emprego.

Os restantes quatro trabalhadores com cargos diferentes da qualificação profissional, são os professores, uma vez que já não exercem mais a profissão anterior de massoterapeutas.

#### **- Acesso ao Mercado de Trabalho**

Sobre o acesso ao mercado de trabalho, as categorias de análise referem-se à *idade de ingresso* no mercado de trabalho e o *recurso* utilizado para ingressar no mercado de trabalho.

Tabela 8 – Distribuição dos Trabalhadores Sexo X Idade de Ingresso no MT

	Sexo	Masculino	Feminino	Total
Idade de Ingresso				
15 – 20		03	04	<b>07</b>
21 – 25		07	08	<b>15</b>
26 – 30		03	04	<b>07</b>
Acima de 31		-	01	<b>01</b>
<b>Total</b>		<b>13</b>	<b>17</b>	<b>30</b>

Através dos resultados da tabela acima, verifica-se que entre os 30 sujeitos entrevistados, a metade deles começou a trabalhar na faixa etária situada entre os 21 e 25 anos, não existindo diferença significativa nas idades de ingresso no mercado de trabalho entre os trabalhadores do sexo masculino e feminino. Interessante destacar que apenas uma pessoa começou a trabalhar com idade acima dos 31 anos.

Questionados sobre o *recurso utilizado* para ingressar no mercado de trabalho, 25 entrevistados revelaram que foram encaminhados ao mercado de trabalho através da própria ACIC, conforme pode-se visualizar através da figura 10. Interessante ressaltar que entre os cinco entrevistados que revelaram ter ingressado no mercado de trabalho através da indicação de amigos ou família, três trabalham como massoterapeutas, um office-boy e outro trabalha como telefonista.

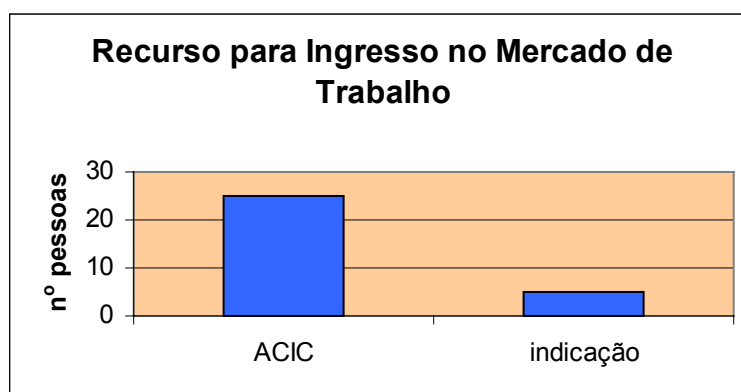


Figura 10 – Distribuição dos Trabalhadores por recurso utilizado para ingressar no Mercado de Trabalho

Estes resultados apresentados anteriormente, evidenciam o papel da instituição especial como a principal ponte entre o mercado de trabalho e as pessoas com necessidades especiais. As instituições vem se organizando no sentido de auxiliar a inclusão profissional de seus associados.

Sobre o papel destas organizações, Pastore (2000, p.120) comenta que: “Por conhecer melhor os problemas dos portadores de deficiência, elas disseminam informações úteis sobre suas limitações e potencialidades, criando, na maioria dos casos, um ambiente social mais favorável para sua aceitação e integração no mercado de trabalho”.

É notória a importância de tais organizações de e para pessoas com necessidades especiais, no sentido de divulgar as potencialidades destes indivíduos e tornar verdadeiros os ideais de inclusão. Porém, é importante considerar que estas organizações muitas vezes já assumiram (ou continuam a assumir) papéis paternalistas e assistencialistas no decorrer da história, sendo em grande parte responsável pela infundada crença de que as pessoas com deficiência são incapazes e impossibilitadas de realizar alguma atividade profissional.

Porém, as instituições especiais são, muito importantes no sentido de fornecer informações sobre as pessoas com deficiência e de estabelecer contatos com empregadores sobre possíveis contratações.

### **- Vida Profissional**

Pelo referencial **Vida Profissional** procurou-se analisar as expectativas e *perspectivas* dos entrevistados em relação ao futuro profissional. Também buscou-se identificar quais os *aspectos*, considerados como obstáculos para a inclusão profissional, segundo os próprios sujeitos pesquisados, e a partir daí, quais as *medidas* importantes a serem implementadas para auxiliar e facilitar este processo.

No que se refere às *perspectivas* sobre o futuro profissional a tabela 9 ilustra os resultados obtidos. Perspectivas são aqui entendidas enquanto expectativa, esperança, probabilidade.

Segundo o Dicionário Aurélio, expectativa implica esperança e alicerça-se em direitos: tem-se esperança de que algo ocorra, porque não seria justo se não ocorresse. A esperança traz, como “tempero” da expectativa, a fé, a crença, a confiança de que

acontecerá o que se deseja. E, enquanto probabilidade, o termo perspectiva, finalmente, nos induz a pensar na possibilidade um fato ou fenômeno ocorrer, a partir de uma série de indícios, algumas vezes, históricos (CARVALHO, 2000).

Tabela 9 – Distribuição dos Trabalhadores por  
Posição na Ocupação X Expectativas Profissionais

Expectativa Profissional	Oportunidade de exercer outras atividades	Ascensão Profissional	Remuneração
<b>Posição</b>			
Empregado com CTA	03	08	04
Autônomo	06	03	01
Estagiário	04	01	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>12</b>	<b>05</b>

A tabela mostra que treze trabalhadores consideram como principal expectativa profissional, a oportunidade de vivenciar e exercer outras e novas atividades profissionais.

Os resultados apresentados nesta tabela revelam que entre os profissionais com carteira de trabalho assinada (CTA), a principal expectativa para o futuro profissional refere-se à ascensão profissional, ou seja, crescer dentro da mesma ocupação, almejando assim cargos mais elevados dentro da mesma área de trabalho.

Este fato pode ser explicado pela provável estabilidade na profissão com carteira assinada, e por isso, a maioria destes trabalhadores não desejam mudar de profissão, sendo que apenas três pessoas almejam vivenciar e exercer outras atividades profissionais.

Entre os trabalhadores autônomos a maioria revelou que a principal expectativa refere-se a oportunidade de exercer outras profissões, sendo o motivo principal apontado pelos entrevistados, devido a instabilidade da profissão, pois estes entrevistados trabalham como massoterapeutas. Da mesma maneira os estagiários, que revelaram a principal expectativa a oportunidade de exercer outras profissões.

Apenas cinco pessoas revelaram como principal expectativa profissional, ter uma melhor remuneração, dentro da mesma função que ocupam atualmente.

Para que se possam efetivar a ascensão e o crescimento profissional destes sujeitos, é fundamentalmente importante permitir e criar condições para que estas pessoas possam se qualificar. Por isso, a necessidade de propiciar ao portador de deficiência visual várias vivências profissionais, através de programas de profissionalização voltados para a realidade do mundo do trabalho.

Conforme escrevem Batista et all (1997, p.14): “Esses programas deverão identificar-se com a realidade sócio-econômica onde se desenvolvem, [...] seja por meio de oficinas, de cursos ou de estágios. Esta concepção de educação profissional implica uma educação integralmente orientada para o conceito de preparação com vistas à autonomia e independência pessoal”.

Torres (2002) considera que as possibilidades de atuação profissional das pessoas portadoras de deficiência são prejudicadas por dois motivos: tanto pela falta de competência de exercer um trabalho, como pela falta de oportunidades de exercê-los, pois não lhes são disponibilizadas as vagas e ainda não lhes permitem adquirir os conhecimentos que os qualifiquem para exercer trabalhos bem remunerados.

Para Hegarty (apud TORRES, 2002, p.123, tradução nossa):

[...] a falta de oportunidades de formação tem impedido freqüentemente que as pessoas com deficiência desenvolvam uma atividade lucrativa, ou lhes têm obrigado a trabalhar aquém de suas reais capacidades.[...]. Os conteúdos de formação deveriam ser de caráter pragmático, e estar orientado ao mercado de trabalho local. Deverá dotar os jovens de conhecimentos práticos necessários para os trabalhos os quais provavelmente possam Ter acesso. Porém, tampouco deverá ser excessivamente limitado, ou baseado em estereótipos sobre o tipo de trabalho que essas pessoas possam desempenhar (trançar cestos se são cegos, por exemplo).

Na investigação sobre as possíveis *dificuldades encontradas para a inclusão profissional* os aspectos considerados nesta pesquisa foram: a baixa escolaridade e qualificação das pessoas portadoras de necessidades especiais; a forte concorrência e competitividade existente no mercado de trabalho; a falta de informações generalizada entre a sociedade sobre a empregabilidade e as possibilidades do trabalhador com deficiência visual e por último a discriminação e o preconceito.



Os resultados estão apresentados na tabela 10.

Tabela 10 - Aspectos que dificultam a Inclusão Profissional

<b>Aspectos</b>	<b>Classificação</b>
Baixa escolaridade	1º
Discriminação/preconceito	2º
Falta de informações	3º
Competitividade no mercado de trabalho	4º

Conforme os resultados obtidos nesta questão, pode-se concluir que a baixa escolaridade e qualificação profissional contribuem significativamente para a dificuldade em ingressar no mercado de trabalho, seguido pela discriminação e preconceito vivenciados pelos sujeitos.

A falta de informações e a competitividade no mercado de trabalho também são fatores que contribuem para dificultar a inclusão profissional, porém segundo os entrevistados, estes obstáculos aparecem em segundo plano, em decorrência do processo de exclusão historicamente desenvolvido pela discriminação e pela falta de oportunidade de escolarização e profissionalização.

Neto (2002) escreve que para facilitar o processo de inclusão profissional da pessoa portadora de deficiência, deve-se eliminar principalmente a desinformação, o preconceito e as barreiras culturais.

No que tange à questão da baixa escolaridade e qualificação, a dificuldade é manifestada em razão de uma política de exclusão social ao qual o sujeito com necessidades especiais – especificamente o portador de deficiência visual sofre. O próprio processo de exclusão historicamente construído, contribui para manter arraigado o pré-conceito de que sendo sujeito portador de alguma limitação, não é sujeito capaz de educar-se, escolarizar-se e preparar-se para o mundo do trabalho.

Assim, as barreiras (tanto atitudinais quanto físicas) nas escolas, contribuem para dificultar uma boa escolarização – requisito primordial no mundo do trabalho atual.

Pastore (2000, p.76) ilustra que: “Inúmeros fatores conspiram contra a inserção dos portadores de deficiência no mercado de trabalho – desde o preconceito e a má informação, até a falta de educação, ausência de qualificação e inexistência de estímulos para as empresas”.

O autor complementa dizendo que as pessoas com deficiência sofrem restrições no campo educacional, o que dificulta a sua inclusão no mercado de trabalho. E, nos dias atuais, a dificuldade de emprego atinge a todos os trabalhadores sem qualificação e para os portadores de deficiência este problema é agravado devido à combinação de vários fatores como: preconceito, discriminação, restrições ambientais, entre outros.

Nabais (1996) comenta que: “Outro fator primordial para a dificuldade de colocação profissional é a falta de qualificação profissional, ocasionada pela ausência de ações voltadas para a preparação profissional dos deficientes, e pela dificuldade de acesso dos mesmos aos cursos existentes.”

Quanto às *medidas* consideradas necessárias para reverter e procurar minimizar tais dificuldades, os aspectos considerados foram: a necessidade de atualização e de criação de instituições voltadas à capacitação profissional; divulgação de informações sobre a empregabilidade da pessoa portadora de deficiência, oportunizando aos empresários conhecer as capacidades laborais destas pessoas; e por último, a disponibilidade de recursos tecnológicos adaptados no ambiente de trabalho, como por exemplo computador com síntese de voz, ofícios em braille ou leitura ampliada, acessibilidade física (Figura 11).

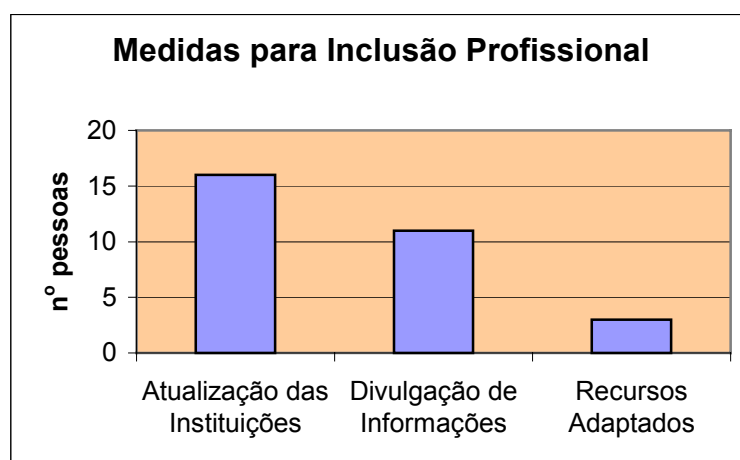


Figura 11 – Medidas Para auxiliar a Inclusão Profissional

Os resultados apresentados na figura acima, indicam que a maioria dos entrevistados consideram fundamentalmente importante a criação de instituições preparadas para qualificar profissionalmente a pessoa com deficiência para o mercado de trabalho competitivo. Preparação esta que deve oferecer uma variedade de opções profissionais devidamente conectadas com a realidade competitiva do mundo do trabalho.

Os entrevistados também revelaram que através de um maior investimento escolar (com escolas regulares adaptadas e professores qualificados) juntamente com um investimento profissional, através de centros de treinamento e de formação, as pessoas portadoras de deficiência poderiam competir mais no mercado de trabalho, com possibilidades mais efetivas.

Para onze pessoas há a necessidade urgente também de divulgar informações aos empregadores e sociedade sobre as possibilidades de trabalho da pessoa portadora de deficiência. Com esta divulgação de informações, através de palestras e seminários tanto em escolas como em empresas, seria uma oportunidade de mostrar a pessoa com necessidades especiais exercendo suas ocupações profissionais.

E por fim, alguns entrevistados sugerem disponibilizar o ambiente de trabalho em função de recursos adaptados e acessibilidade física. Estes entrevistados alegaram que, com esta disponibilidade torna-se facilitado o acesso e a permanência do sujeito com deficiência visual no mercado de trabalho.

Sobre estas questões, Batista et al (1997, p.15) sugerem que para facilitar a inclusão profissional da pessoa portadora de deficiência deve-se: “Sensibilizar e conscientizar a sociedade, principalmente empregadores, sobre as potencialidades de trabalho da pessoa portadora de deficiência, por meio da divulgação de seus serviços e da inserção do portador de deficiência na empresa para que eles possam comprovar sua potencialidade”.

A informação das pessoas, a conscientização da sociedade e o esforço das instituições sociais são requisitos muito importantes e decisivos para reduzir os preconceitos e assegurar a inclusão das pessoas portadoras de deficiência no trabalho e na vida social.

Conforme Abranches (2000, p.28): “A educação profissional é decisiva para viabilizar a inclusão de seus alunos, não só por preparar trabalhadores melhor qualificados,

mas por ser responsável por preparar cidadãos”. A autora explica que é importante um processo de qualificação e formação profissional voltados para o ideal de um cidadão participativo, crítico, tomador de decisões. Diferentemente daquela visão que se tem que a pessoa com deficiência é um ser que necessita de superproteção, de cuidados especiais, sendo vista como um objeto, tratada como um ser coisificado que precisa ser consertado.

Desta forma pode-se oportunizar novas vivências profissionais ao portador de deficiência visual, que vai além do enquadramento e de determinadas profissões parcelarizadas.

#### **4.4 Proposta de Inclusão Profissional**

Para garantir melhores condições e oportunidades de trabalho, apresenta-se uma proposta para qualificar e incluir a pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Como um ponto inicial, propõe-se uma modificação da escola, rumo à educação inclusiva. A educação básica também é requisito para a entrada no mercado de trabalho, portanto, entende-se que através de um processo educacional satisfatório, melhores serão as chances de qualificação e inclusão profissional.

Esta modificação alicerça-se em três bases. Primeiramente, propõe-se a (re) qualificação de professores da rede regular de ensino, para que estejam preparados e devidamente capacitados a ensinar o aluno portador de deficiência. Assim, os educandos também podem cotidianamente aprender e construir o respeito pela diversidade.

Esta capacitação dos professores ocorre com a participação em congressos, seminários e palestras. A promoção de cursos de atualização à distância ou presencial, envolvendo temáticas sobre como receber o aluno com deficiência, quais estratégias de ensino poderão ser utilizadas pelo professor para favorecer e melhorar a aprendizagem, informações sobre a acessibilidade em ambientes físicos, o uso correto e a disponibilidade de material didático adaptado, até como otimizar e estimular a participação do aluno em sala.

Paralelamente à esta re qualificação, é igualmente importante promover uma (re) organização dos recursos materiais e físicos da escola, disponibilizando efetivamente livros,

textos didáticos em Braille, ou leitura ampliada, desenhos em relevo, acessibilidade física com texturas ou contrastes.

A presença da instituição especializada e de pesquisadores da área de educação especial, com seus conhecimentos específicos e aprofundados do assunto, servem de eixo para a atualização e modificação da escola, proporcionando também discussões e debates envolvendo toda a comunidade escolar. Este é outro ponto essencial para transformar a escola inclusiva: sensibilizar pais, alunos, funcionários através de visitas, palestras que contemplem a aceitação da diversidade.

Assim, com um maior investimento escolar e a construção de uma educação verdadeiramente inclusiva, acredita-se que o aluno portador de deficiência poderá se capacitar para sua entrada no mercado de trabalho.

Especificamente quanto ao mercado de trabalho, outro fator importante nesta proposta, refere-se à atualização das instituições especializadas, em relação aos programas de educação profissional e colocação no mercado de trabalho, para que ofereçam ao seu alunado cursos profissionalizantes condizentes com a realidade do mercado de trabalho competitivo. Torna-se portanto, urgente e necessário buscar novos meios, que possam ir além das instituições: aprender de forma global.

Esta atualização deve ocorrer com parcerias entre empresas e órgãos públicos, pesquisa sobre profissões e perfil profissional junto às empresas de Recursos Humanos, bem como a intensa parceria com a escola regular.

A partir daí, com a troca de informações e conhecimento entre as parcerias firmadas, poderá ser implementado um programa de Pré-profissionalização, com cursos gerais sobre Comunicação e Expressão; Conhecimentos Básicos de Língua Estrangeira e Informática; Práticas Administrativas; Práticas e Relações no Trabalho; Autonomia e Apresentação Pessoal; Entrevista; Legislação Trabalhista, entre outros. Esta fase deve atender às demandas do mercado de trabalho, no que se refere ao perfil profissional exigido para o emprego.

A próxima etapa da proposta, sugere o Treinamento Profissional propriamente dito, onde encaminha-se o aluno para uma fase de estágio. Nesta etapa, o aluno vivencia uma situação real de trabalho, adquirindo conhecimentos sobre a empresa, o cargo específico

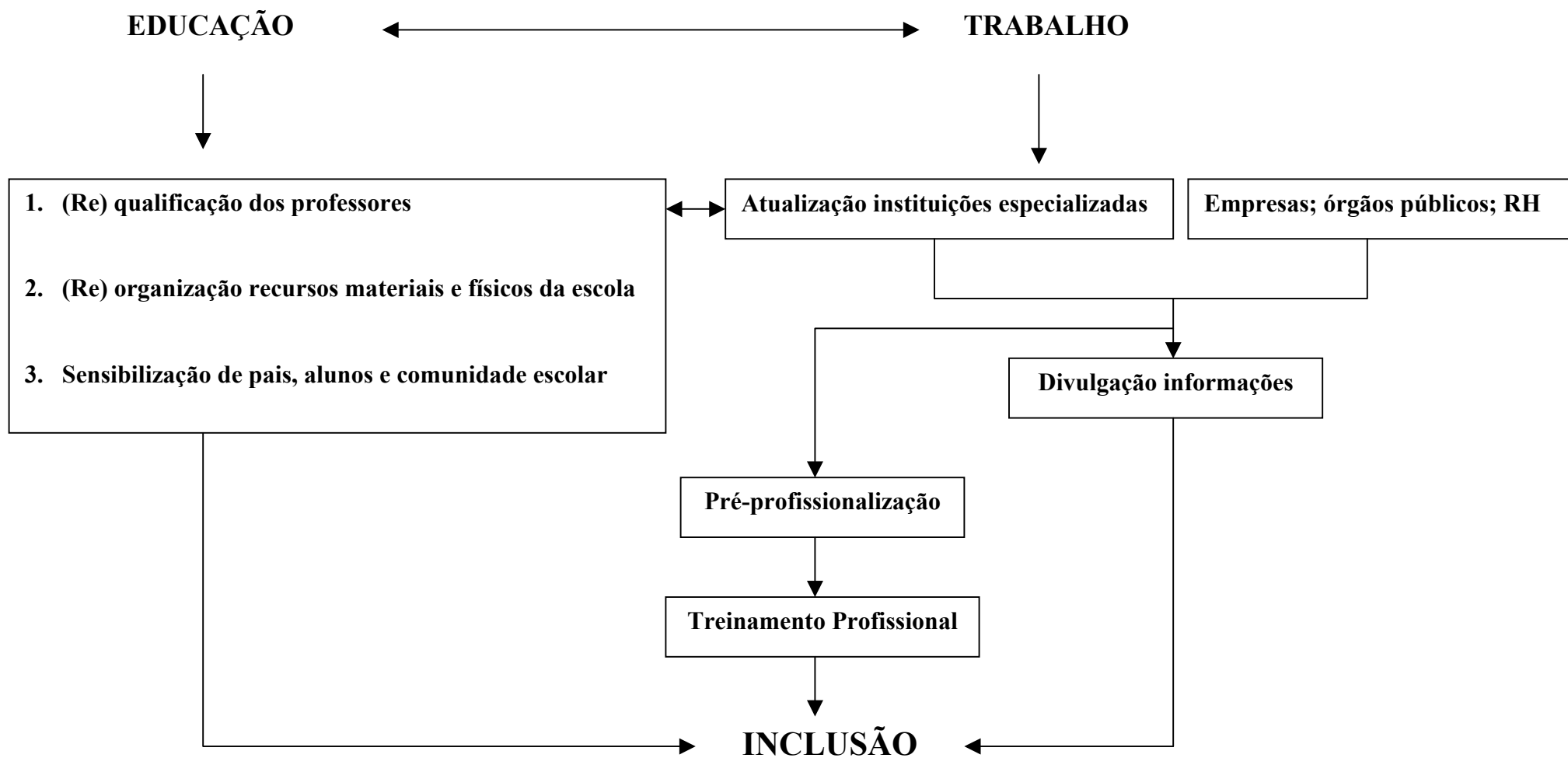
que está exercendo, reconhece as normas e a estrutura organizacional do local de trabalho, ou seja possui uma vivência global em um ambiente de trabalho inclusivo.

É durante esta fase que, o aluno reconhece as possibilidades de exercer a atividade de trabalho, desenvolvendo habilidades que vão além do fazer; ou seja, é necessário estimular o aluno a participar, a criar, a se fazer presente e se sentir parte neste processo.

Após este período e treinamento, o aluno segue com a efetiva colocação e inclusão no mercado de trabalho competitivo.

Concomitantemente à este Programa de Profissionalização e Qualificação, é muito importante promover a divulgação de informações sobre a empregabilidade da pessoa portadora de deficiência. Fornecer informações aos empregadores, empresas de Recursos Humanos e demais órgãos sobre as possibilidades de emprego da pessoa com deficiência, a adoção de mudanças arquitetônicas, recursos adaptados, buscando exemplos de empresas inclusivas e trabalhadores portadores de deficiência em ambiente de trabalho inclusivo, aliados ao perfil profissional exigido na atualidade do mundo do trabalho.

A seguir segue o fluxograma da proposta (Figura 12).

**FIGURA 12: Fluxograma da proposta de Inclusão Profissional**

## 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

---

### 5.1 Conclusões da Pesquisa

Um novo paradigma surge no que diz respeito às pessoas portadoras de necessidades especiais: a inclusão. Este processo não trata apenas de permitir o acesso destas pessoas na sociedade, mas sim, aceitar, possibilitar e dar condições para que estes sujeitos possam efetivamente se educar e se preparar para a realidade do mundo do trabalho.

Entende-se que a educação e o trabalho são as principais formas de participação social dos homens. É também a partir do ambiente escolar que a criança estabelece seu convívio social. Ambiente este que deve privilegiar e respeitar a diversidade e a diferença, ao invés da segregação.

E o trabalho é a maneira como o sujeito se reconhece e é reconhecido na sociedade. É através da atividade de trabalho que o ser humano constrói suas relações sociais, e se realiza enquanto sujeito participativo da sociedade.

Diante destas reflexões, o objetivo principal desta pesquisa foi verificar como as pessoas portadoras de deficiência visual participam do mercado de trabalho. Enquanto objetivos específicos, procurou-se também verificar a situação educacional destes sujeitos, bem como identificar a participação em cursos profissionalizantes, considerando também as medidas necessárias para facilitar o processo de inclusão educacional e profissional das pessoas portadoras de deficiência visual.

Quanto às questões sobre o processo de escolarização, verificou-se que a maior parte dos trabalhadores estudaram ou estudam em ambientes de ensino da rede regular. Embora estudando na escola regular, as dificuldades encontradas quanto às metodologias e atuação dos professores, e também à falta de acesso aos recursos pedagógicos, prejudicaram o processo educacional.

O isolamento ao qual muitos alunos com deficiência passam na sala de aula da rede regular de ensino, é atribuído a diversos fatores. A dificuldade expressa pelos professores em lidar com as questões da diferença, da deficiência e seus limites é um deles.



Neste sentido, o relacionamento, a comunicação e o convívio estabelecido com os colegas de classe, pode ter sido o ponto de partida que auxiliou na continuação dos estudos, permitindo que os pesquisados pudessem fazer parte e aprender no cotidiano escolar.

Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados e sua relação com as profissões exercidas, os dados da pesquisa nos permite considerar a relação direta existente entre educação e trabalho.

Entre os sujeitos da pesquisa, – os professores e estagiários – que exercem suas profissões em ambientes inclusivos, longe dos determinismos e estereótipos criados historicamente, possuem nível de escolaridade entre o superior e o Ensino Médio.

Por isso, a necessidade de melhorar a educação inclusiva, para permitir que os alunos portadores de deficiência, possam se escolarizar adequadamente e com isso, escolher suas profissões de acordo com suas preferências, e não apenas por dificuldades ou barreiras físicas ou atitudinais.

Após explicitados todos estes aspectos, buscou-se identificar quais as medidas que os pesquisados consideram importantes para auxiliar no processo de inclusão escolar.

Verificou-se a necessidade imediata de melhorias na atualização dos professores da rede regular de ensino, para proporcionar um processo educacional satisfatório a todos os alunos, bem como maior disponibilidade de recursos e material pedagógico adaptado nas escolas.

Neste sentido, poderá ser criado um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo em que o professor respeite às limitações do aluno, bem como possa mediar de forma mais rica o processo educacional, incentivando o convívio com a diversidade em toda a sua comunidade escolar.

Sendo assim, educando a sociedade para receber a pessoa portadora de deficiência, melhores condições estes sujeitos terão para se educar, qualificar e se preparar para o mundo do trabalho.

Especificamente quanto às questões sobre o mercado de trabalho, buscou-se inicialmente identificar o perfil profissiográfico destes trabalhadores. A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados exercem ou já exerceram anteriormente profissões como as de massoterapeuta e telefonistas.

Este aspecto leva a considerar que estas pessoas estão inseridas dentro de ocupações profissionais pré-determinadas e pré-estabelecidas. Enquadramentos e determinismos estes que foram se desenvolvendo por razões históricas de preconceito, do não aceitar o diferente, a diversidade.

Poucos são os que conseguem romper com este tradicionalismo, com esta visão paternalista, e ir além, buscando sua efetiva participação no mundo do trabalho competitivo. Sujeitos estes que exercem suas ocupações profissionais como estagiários em empresas nas áreas de jornalismo, publicidade ou informática, ou exercendo a profissão de professores, em ambientes profissionais considerados inclusivos, pois convivem e celebram com a diversidade.

Em relação à participação dos pesquisados em cursos profissionalizantes, pode-se perceber que as condições oferecidas para a sua qualificação são restritas, pois como mostrou a pesquisa, houve uma pouca variedade entre os cursos realizados.

A preparação destes sujeitos para o mercado de trabalho, dentro da instituição especializada, parece seguir um caráter assistencialista, tradicional e paternalista.

A maioria dos entrevistados exercem a mesma profissão referente ao curso profissionalizante realizado, por isso surgem os estereótipos, os enquadramentos aos quais os portadores de deficiência visual carregam. Assim, torna-se necessário romper com os padrões vigentes, em busca de um verdadeiro sentido para a formação profissional destas pessoas.

A pesquisa também mostrou que a metade dos entrevistados, são profissionais com Carteira de Trabalho Assinada, o que evidencia a característica do trabalho formal e devidamente regularizado junto às legislações trabalhistas brasileiras. Quanto ao tempo de serviço na profissão atual, os dados levam a concluir que os trabalhadores estão há pouco tempo exercendo a profissão, visto que apenas 06 dos pesquisados estão trabalhando na mesma ocupação há mais de 10 anos.

Em termos de acesso ao mercado de trabalho, verificou-se que os sujeitos da pesquisa foram encaminhados através da instituição especializada. Este aspecto, leva a considerar o lado positivo que a instituição carrega, no sentido de auxiliar seus associados a ingressar no mundo do trabalho. Mas, o questionamento que se faz refere-se ao enquadramento profissional ao qual essas pessoas são sujeitadas.

Interessante também registrar as perspectivas dos trabalhadores em relação ao futuro profissional, uma vez que uma parte dos entrevistados situados entre os autônomos e os estagiários, esperam exercer novas ocupações profissionais. Entre os empregados com carteira assinada a principal expectativa refere-se ao crescimento profissional, em busca de melhor remuneração salarial.

No entanto, é importante oportunizar novas vivências profissionais, permitindo a participação destes sujeitos em cursos de qualificação, que vão além da instituição especializada, com cursos realmente condizentes com as exigências do mercado de trabalho.

Vários são os fatores que contribuem para a dificuldade de inclusão profissional, que vão desde às questões de educação, escolaridade e qualificação profissional, associado com a discriminação e o preconceito frente ao diferente, passando também pela falta de informações sobre as possibilidades do portador de deficiência visual e a crescente competitividade no mercado de trabalho.

Estes aspectos, portanto, não estão isolados, pois estas dificuldades partem de um processo histórico de exclusão. Assim, a limitação para exercer um trabalho, ou ser incluído neste mercado, muitas vezes não é em decorrência da deficiência, mas é antes de tudo um problema social.

## **5.2 Recomendações**

Diante do que foi exposto nesta pesquisa, propõe-se que seja realizado um estudo sobre mercado de trabalho e as demais pessoas portadoras de deficiência: auditiva, física e mental. Verificar também como está a realidade profissional e educacional destes sujeitos.

Outra questão que poder ser estudada é analisar o processo de reabilitação profissional da pessoa com cegueira adquirida e sua (re)inserção na escola e no mercado de trabalho. Como pode-se perceber a amostra desta pesquisa contou com 05 pessoas com cegueira adquirida, o que é interessante verificar como está sendo encaminhado este processo de reabilitação.

É interessante também abordar o tema da inclusão profissional sob o ponto de vista do empregador, ou seja, como as empresas, os departamentos de Recursos Humanos estão se colocando diante desta temática que vem crescendo e tomando força a cada dia.

Verificou-se também que diante de tais dificuldades no processo educacional e no mercado de trabalho, apresentadas nesta pesquisa, recomenda-se estudar como o sujeito com deficiência visual cria estratégias e quais são estas, que os fazem superar barreiras atitudinais e ambientais, em busca de um caminho para a inclusão escolar e profissional, enquanto cidadão social.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

ABRANCHES, Cristina. Inclusão no Trabalho. In: \_\_\_\_\_. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. p. 11-45

ACIC, Associação Catarinense para Integração do Cego. Disponível em: <http://www.jornalismo.ufsc.br/acic>. Acesso em 12 mai 2002.

BAGATINI, Vilson. **Educação física para deficientes**. Porto Alegre: Sagra, 1987

BARBOSA, Paulo Osmar. **Análise do uso dos métodos, das técnicas de ensino e recursos didáticos aplicados nos cursos de qualificação profissional: um estudo de caso no CEFET-PR**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BARQUEIRO, Antonio Carlos. A empregabilidade do deficiente visual: formação e oportunidades. In: Ormelezi, E. **Contato: conversas sobre deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 2002. p. 153-157

BATISTA, Cristina et al. **Educação Profissional e Colocação no Trabalho: uma nova proposta de trabalho junto à pessoa portadora de deficiência**. Brasília: Federação Nacional das APAEs, 1997.

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: \_\_\_\_\_. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1998. p.21-51

BRASIL. Lei número 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Decreto nº 3298, Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1999.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia; MOTA, Maria Gloria Batista. **Educação Especial: a competência social**. Brasília, MEC, 1998. Disponível em [www.redesaci.org.br](http://www.redesaci.org.br). Acesso em 27 jun 2002.

CAMPBELL, Larry. Trabalho e cultura: meios de fortalecimento da cidadania e do desenvolvimento humano. In: Ormelezi, E. **Contato: conversas sobre deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 2002. p. 103-108

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000. (a)

CARVALHO, Ruy de Quadros. Capacitação tecnológica, revalorização do trabalho e educação. In: Ferretti, C. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 93-127 (b)

CASALI, Alípio. **Empregabilidade e educação: novos caminhos no mundo do trabalho**. São Paulo: EDUC, 1997 bibliografia

CERQUEIRA, Jonir Bechara; FERREIRA, Elise de Melo. Recursos didáticos na educação especial. In: **Revista Intituto Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n.08, dez.2000 Disponível em <[http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios\\_rbc.html](http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios_rbc.html)> Acesso em: 25 jun. 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

CODO, Wanderley et al. **Trabalho, Organizações e Cultura**. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1999.

CRUZ, Roberto. **O objetivo da psicologia do trabalho**. Florianópolis, CFH/UFSC, 2001. Mimeo.

DEITOS, Teresinha Pellicoli. **As novas tecnologias e os cegos em situações interativas e a compensação social**. 2000. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, UFSC, Florianópolis.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. Tradução de Ana Isabel Paraguay e Lúcia Leal Ferreira. São Paulo: Cortez-Oboré, 1988.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999

FONSECA, Vítor. **Educação Especial: programa de estimulação precoce – uma introdução às idéias de Feuerstein**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1995.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL. Fundação Dorina Nowill para Cegos. Disponível em: <http://www.fundacaodorina.org.br> . Acesso em 23 nov. 2002.

GAJARDO, Marcela y MILOS, Pedro. Capacitación de jóvenes en situación de pobreza y riesgo de exclusión. In: Gallart, María Antonia. **Formación, pobreza y exclusión**. Montevideo: Cinterfor, 2000. p. 173-227

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, Atlas, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2000. População residente por tipo de deficiência. Disponível em: <http://www1.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000>. Acesso em 28 jan. 2002.

Instituto Ethos. **O que as Empresas podem fazer pela Inclusão das Pessoas com Deficiência**. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.ethos.org.br> . Acesso em 26 set. 2002.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A educação e os desafios das novas tecnologias. In: Ferretti, C. **Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 169-188

MANHÃES, Luiz Carlos Lopes. **Implantando a educação básica: orientação e legislação necessárias para entender e aplicar a nova LDB**. Florianópolis: UFSC/CED, Núcleo de Publicações, 1998.

MANTOAN, Maria T. Egler. **A integração de Pessoas com Deficiência**. São Paulo: Memnon, 1997

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 1987.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados**. Brasília: CORDE, 1984.

MEC, Ministério da Educação e Desporto. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área de Deficiência Visual**. Brasília: MEC/SEESP, 1995.

MELETTI, Sílvia Ferreira. O significado do processo de profissionalização para o indivíduo com deficiência mental. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.7, n.1, 2001

MINARELLI, José Augusto. **Empregabilidade: o caminho das pedras**. São Paulo: Gente, 1995 BIBLIOGRAFIA

MINAYO, Carlos. **Trabalho e conhecimento: dilemas na educação do trabalhador**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989. BIBLIOGRAFIA

MOLLL, Luis C. VYGOTSKY, L.S.; BLANCK, Guilherme. **Vygostky e a educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NABAIS, Márcia Lopes; MARTINS, Carmem Lúcia; MONTEIRO, Margarida Aguiar. Estudo profissiográfico: o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. **Revista Intituto Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n.04, set. 1996. Disponível em <[http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios\\_rbc.html](http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios_rbc.html)>. Acesso em 20 out. 2001.

NETO, Antonio Rulli. **O trabalho do portador de necessidades especiais: acesso e integração – justiça e cidadania**. In: FÓRUM DE RELAÇÕES TRABALHISTAS SERASA. São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <http://www.serasa.com.br>. Acesso em 20 set. 2002.



OIT, Organização Internacional do Trabalho. Convention n.159. **Vocational Rehabilitation and Employment (Disabled Persons) Convention, 1983**. Disponível em: <http://ilolex.ilo.ch:1567/cgi-lex/conved.pl?query=c159>. Acesso em 17 out. 2002

OMOTE, Sadao. Normatização, integração, inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**. V.1, n.1, jul-dez, 1999

ORMELEZI, Eliana. A empregabilidade do deficiente visual: formação e oportunidades. In: \_\_\_\_\_ . **Contato: conversas sobre deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 2002. p. 153-157

PARO, Vitor Henrique. **Escola e formação profissional: um estudo sobre o sistema regular de ensino e a formação de recursos humanos no Brasil**. São Paulo: Cultrix: Fundação Carlos Chagas, 1979. BIBLIOGRAFIA

PASTORE, José. **Oportunidades de Trabalho para Portadores de Deficiência**. São Paulo: LTR, 2000

RIBAS, João Batista Cintra. Deficiência: Uma Identidade Social, Cultural e Institucionalmente Construída. In: **Integração**. Ministério da Educação e Desporto/Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, jun. 1992.

ROSEMBAUM, Yudith. **Emprego e trabalho no Brasil do século 21**. Disponível em: <http://www.cidade.usp.br/arquivo/artigos> Acesso em 14 mar. 2002.

ROSS, Paulo Ricardo. **A categoria do trabalho como Pressuposto Histórico-Social do Homem Não-Visual**. 1993. Dissertação. (Mestrado em Educação) – Curso de Pós-Graduação em Educação, UFPR, Curitiba.

ROSS, Paulo Ricardo. Educação e Trabalho: a conquista da diversidade antes as políticas neoliberais. In: Bianchetti, L. e Freire, I.D. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papyrus, 1998. p.53-110

SANCHIS, Enric. **Da escola ao desemprego**. Rio de Janeiro: Agir, 1997. bibliografia

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

SASSAKI, Romeu. Implicações do paradigma da inclusão para o emprego de pessoas com deficiência. In: ABRANCHES, C. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. p. 82-110

SASSAKI, Romeu. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

SCHAFF, Adam. **A Sociedade Informática**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed, 1999. bibliografia

STEIN, Suzana Albornoz. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TAKAHASHI, Tadao. **Sociedade da Informação no Brasil - Livro Verde**. Brasília, MEC, 2000. Disponível em: <<http://www.socinfo.org.br>>. Acesso em: 24 mai. 2002.

TOMASINI, Maria Elisabete. Expatriação social e a segregação institucional da diferença: reflexões. In: Bianchetti, L. e Freire, I.D. **Um olhar sobre a diferença: Interação, trabalho e cidadania**. São Paulo: Papirus, 1998. p.135 –180

TORRES, Elisabeth Fátima. **As perspectivas de acesso ao Ensino Superior de Jovens e Adultos da Educação Especial**. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TUDGE, Jonathan. Vygotsky, a zona de desenvolvimento proximal e a colaboração entre pares: implicações para a prática em sala de aula. In: Moll, L.; Blanck, G. **Vygostky e a**

**educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** 1994

VEER, Rene Van der; VALSINER, Jaan. **Vygotsky: uma síntese.** São Paulo: Unimarco; Loyola, 1996

VOGEL, Vera Lúcia de Oliveira. Acessibilidade à informação pelo deficiente visual. **Revista Instituto Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, n.02, jan. 1996. Disponível em: <  
[http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios\\_rbc.html](http://www.ibcnet.org.br/paginas/meios_rbc.html)>. Acesso em: 10 mai. 2001

VIGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

VYGOTSKY, L.S. **Fundamentos de defectologia.** Havana: Pueblo y Educación, 1995

ZAMBONE, Alana. A inclusão do deficiente visual e os aspectos educacional, social e afetivo na habilitação e reabilitação. In: Ormelezi, E. **Contato: conversas sobre deficiência visual.** São Paulo: Laramara, 2002. p. 69-83

## ANEXO A

### ENTREVISTA

#### DADOS PESSOAIS

1. Nome ou pseudônimo
2. Sexo
3. Idade
4. Estado civil
5. Origem da deficiência: ( ) congênita ( ) adquirida
6. Se adquirida: ( ) doenças; ( ) acidente de trânsito; ( ) acidente de trabalho; ( ) violência urbana; ( ) outros

#### ESCOLARIDADE

1. Você estuda?  
 sim  
 não, já estudei  
 não, nunca estudei
2. Você frequenta ou frequentou:  
  
A) REDE REGULAR DE ENSINO: séries \_\_\_\_\_  
B) ENSINO ESPECIALIZADO: séries \_\_\_\_\_
3. Qual o curso mais elevado que você frequenta ou frequentou?  
 Ensino Fundamental  
 Supletivo (ensino fundamental)  
 Ensino Médio  
 Supletivo (ensino médio)  
 superior (graduação)  
 pós-graduação  
 nenhum
4. Você concluiu o curso no qual estudou?  
 sim ( ) não ( ) ainda não

5. Na sua vida de estudante, da rede regular de ensino, como você avalia (hoje ou quando estudava):
- Metodologia das aulas
    - Ruim
    - Regular
    - Bom
    - Excelente
  
  - Atuação dos docentes (preparo dos professores da rede regular para ensinar o aluno portador de deficiência)
    - Ruim
    - Regular
    - Bom
    - Excelente
  
  - Comunicação e relacionamento com professores e colegas
    - Ruim
    - Regular
    - Bom
    - Excelente
  
  - Materiais pedagógicos
    - Ruim
    - Regular
    - Bom
    - Excelente

## **MERCADO DE TRABALHO**

6. Idade de ingresso no mercado de trabalho: ( ) 15 a 20; ( ) 21 a 25; ( ) 26 a 30; ( ) acima de 31.
7. Profissão atual
8. Profissão anterior
9. No seu trabalho atual você é: ( ) empregado com CTA; ( ) empregado sem CTA; ( ) autônomo; ( ) estagiário; ( ) outro
10. Tempo de serviço atual: ( ) até 1 ano; ( ) 02 a 04 anos; ( ) 05 a 09 anos; ( ) acima de 10 anos;
11. Renda mensal: ( ) até 1 salário mínimo; ( ) 2 a 5 salários; ( ) 6 a 9 salários; ( ) acima de 10 salários.

12. Como você chegou ao seu emprego atual? ( ) encaminhamento da instituição; ( ) escola; ( ) recursos humanos; ( ) interesse próprio; ( ) indicação da família /amigo; ( ) outros.

13. Qual a sua principal expectativa em relação ao seu futuro profissional:

- ascensão profissional
- melhor remuneração
- exercer outras atividades
- atuar em ocupação conforme a formação profissional.

14. Na sua opinião, quais os aspectos que mais dificultam a inclusão profissional do portador de deficiência visual? Atribua um grau de importância em ordem crescente de 1 a 4

- Baixa escolaridade e qualificação profissional
- Competitividade no mercado de trabalho
- Falta de informações sobre as possibilidades do trabalhador com deficiência visual
- Discriminação e preconceito

15. Você fez curso profissionalizante?

- ( ) sim – Qual? \_\_\_\_\_
- ( ) não

16. Quais medidas você considera necessárias para auxiliar no processo de inclusão?

NA ESCOLA:

- Melhor preparação dos docentes;
- Maior disponibilidade de recursos pedagógicos adaptados;
- Discussões e debates envolvendo toda a comunidade escolar sobre a importância de um ensino inclusivo.

NO MERCADO DE TRABALHO:

- Instituições preparadas para qualificação e formação profissional do portador de deficiência visual
- Maior divulgação e informação sobre a empregabilidade da pessoa portadora de deficiência
- Maior disponibilidade e conhecimento (dos empregadores) sobre recursos tecnológicos adaptados a serem utilizados no ambiente de trabalho
- Divulgação de pesquisas das profissões a serem realizadas pelo portador de deficiência visual.